

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se no Salão Nobre do Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 12.12.2024-----

**ABERTURA** -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro, como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

**PRESENCAS** -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, **Presidente da Assembleia**, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, António do Carmo Ribeiro, em substituição de José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Viriato Pina de Lemos; Avões - Tânia Isabel Santos Esteves, Secretária da Junta de Freguesia de Avões, em substituição do seu Presidente, e os senhores Presidentes Juntas de Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Lamego Tesoureiro da Junta de Freguesia de (Almacave e Sé) – Fernando Manuel Duarte Branquinho, em substituição do seu Presidente, Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, de Samodães- Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande- Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Freguesia de Várzea de Abrunhais - Maria Otília Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

**AUSÊNCIAS**-----

O **Presidente da Assembleia** justificou as ausências de Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, José Manuel Lourenço Correia, Bruno Manuel Ferreira de Oliveira, Vítor Gomes dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Avões- Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé)- Nuno Miguel Gonçalves Lázaro, e do Presidente da União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela.-----

Informou que tinham chegado à Mesa da Assembleia três Moções e um voto de pesar, do membro Viriato Pina de Lemos, que foram apresentadas e lidas pelo senhor Presidente da Assembleia.-----

#### 1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não havendo nenhuma inscrição-----

#### 2. ASSUNTO:PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

*Hoje temos uma agenda ambiciosa para cumprir. Quero dar bons dias a todos, agradecer aos serviços municipais a organização desta Assembleia, numa altura do ano, que é sempre complicada. Porque há muitos eventos, há pessoas de férias, portanto, quero deixar esta nota. Um cumprimento especial a quem nos acompanha através da transmissão striming. -----*

*Dar-vos aqui, duas ou três notas iniciais; em primeiro lugar as substituições, portanto, nesta Assembleia está Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto em representação de Bruno Daniel Pereira de Oliveira; Tânia Isabel Santos Esteves em substituição de Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos e António do Carmo Ribeiro em substituição de José Manuel Lourenço Correia e o Tesoureiro da freguesia de Lamego, em substituição de Nuno Miguel Lázaro Gonçalves.-----*

*Dar-vos uma segunda nota, que tem que ver com a nossa orgânica da nossa Assembleia, em termos de arrumação por grupos municipais. Tivemos aqui uma alteração, pois chegou à Mesa uma carta do membro Viriato Pina de Lemos, que de imediato a vou ler.-----*

*“Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lamego.-----*

*Na qualidade membro municipal, informo que que assumo as minhas funções como membro independente, pois rejeito representar o Partido Politico Chega.-----*

*Não me identificando com as narrativas revanchistas do Partido Chega e a forma como enxovalha as instituições determinaram a minha atitude de representar somente os lamecenses que votaram nos valores que privilegio. Sou intimamente defensor da*

*democracia plural e estou em colisão com narrativas incorrectas, revanchistas e demagógicas do Chega.*-----

*Apresentei-me nas eleições como lamecense e continuarei a defender, com dignidade, os interesses do nosso Concelho.*-----

*Com os melhores cumprimentos*-----

*(Lamego, 10.12.24 (Viriato Pina de Lemos- Membro Municipal) ”*-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

*“Nunca é tarde para ver a luz, continuará a ter desta Assembleia a mesma consideração e ainda mais respeito do que já tinha. Será depois, não nesta Assembleia, será feita a correcção na marcação dos tempos, deixará de constar chega e constará membro independente.* -----

*Disse que, antes de entrar na nossa agenda, até porque já temos quatro moções, prévias à ordem do dia, que foram feitas e entregues pelo membro Viriato Lemos, que terão que ser discutidas e votadas.*-----

*Dar também só uma nota de parabéns e parabenizar a lamecense Sofia Pereira, pela sua eleição, como Secretária-geral da Juventude Socialista. Acho que, enquanto lamecenses, temos que nos sentir orgulhosos, independentemente da cor política, que mais lamecenses exerçam funções de destaque a nível nacional, e ter uma lamecense a liderar uma Juventude Socialista e uma Direção Nacional, neste caso um Secretariado Nacional, é um momento de orgulho para todos nós, em particular para a família socialista aqui presente, a quem também dou os parabéns que andaram nessa campanha, e portanto, fica a aqui essa nossa palavra, esse nosso reconhecimento, pelo valor da Sofia Pereira.* -----

O **Presidente da Assembleia** informou que chegou à Mesa da Assembleia três Moções e um voto de pesar, do membro Viriato Pina de Lemos.-----

Dito isto, não havendo pedidos de intervenção do público, entrou-se na apresentação das três moções e do voto de pesar que foram feitas chegar, previamente aos líderes dos grupos municipais.-----

Deu a palavra ao membro Viriato Lemos, se quisesse apresentar cada uma delas, ao que próprio prescindiu de as ler, pedindo ao Presidente da Assembleia que procedesse às suas apresentações e às suas leituras.-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte intervenção:

*“Senhor Presidente, sobre estas moções, isto é quase um ponto de ordem à Mesa de solicitar esclarecimentos sobre o conjunto destas moções colocadas, pois elas devem ser enquadradas nas figuras regimentais existentes: Votos de saudação, de louvor, de pesar, recomendação, condenação, em fim o que for.*-----

*Não sabe se é sua opinião, mas todas elas propõem nada e coisa nenhuma. E portanto nós estaremos, seguramente, se o membro Viriato Lemos não as quiser retirar, acha bem que não as retire, estaremos, seguramente, em condições de as discutir, eu não sei se estamos em condições de as votar”.* -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para responder ao membro Alexandre Hoffmann:-----

*“Vendo o Regimento e vendo caso a caso, de facto as moções não estão identificadas nos termos do Regimento, como voto de pesar ou voto de louvor ou saudações a propor. O membro Viriato Lemos tem, naturalmente, toda a autonomia regimental para fazer esse enquadramento aqui, se o quiser. Olhando para elas parece-me, de facto, há aqui diferenças entre elas. Há votos de saudação, digamos assim, e votos de pesar. Agora o membro Viriato Lemos, se quiser pode dizer-nos cada uma das quatro, enquadrá-las nas figuras regimentais que estão previstas, dizer-nos só se é um voto de pesar, se é um voto de louvor, se é uma saudação, propostas, efetivamente não existe nenhuma, parece-nos que estamos dentro dos votos ou de louvor ou de pesar, de cada uma destas moções. Pois parece-me que no primeiro caso é um voto de saudação, no segundo caso de moção de apoio a Israel é um voto de saudação, no terceiro caso, “ nossa consternação pela morte dos cinco militares da GNR, é um voto de pesar. Que aliás já foi aqui assumido e votado nesta Assembleia e a fraude nas eleições na Venezuela é um voto de condenação.”-----*

*Quanto à única que me parece e pedia ao membro Viriato Lemos, que reconsiderasse retirá-la, tem a ver com a consternação pela morte dos cinco militares da GNR, porque já mereceu um voto de pesar por esta Assembleia, a proposta que é aqui apresenta parece-me que devia estar mais detalhada, devia estar com um formato diferente deste. Mas enquadra-se numa proposta diga-se assim.”-----*

**ASSUNTO: MOÇÃO SOBRE APOIO A ISRAEL.**-----

*“Um ano depois do ataque terrorista, com os efeitos conhecidos, a comunidade internacional deve reconhecer, sem sofismas, que houve decapitações, execuções e violações. Trata-se do maior massacre da população judaica depois da II guerra mundial.”-----*

*O Irão é responsável pela destabilização do Médio Oriente, sem esquecer as atitudes das grandes potências que exigem uma nova ordem internacional. A Federação Russa e a China são coniventes no apoio aos movimentos terroristas do Médio Oriente. O Irão financia o Hamas, o Hezbollah, os houthis e as milícias na Síria e no Iraque. Sabemos que, desde 1987, o Hamas e os países árabes xiitas apostam na destruição de Israel.”-----*

*Impõe-se o respeito pelos Acordos de Oslo de 1993, onde se realça os contributos de Rabin, Arafat e a mediação dos Estados Unidos da América. O reconhecimento de dois estados, Israel e Palestina, deve ser a preocupação da comunidade internacional. A Paz não é de Esquerda nem de direita. É um dever de todos”-----*

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para se referir a esta moção:-----

*“Uma vez mais, vimos questionar o que propõe a moção, que é absolutamente imperceptível. Se for pelo título, dizer, caro senhor deputado, que manifesto a minha indisponibilidade para ir pegar em armas por Israel, sendo certo que não tenho*

*particular interesse ajudar no desenvolvimento do genocídio em curso, que vitimou mais de 45 mil palestinianos até ao momento, se por outro a moção for pelo reconhecimento do Estado da Palestina, que o proponha claramente, sendo certo também que a comunidade internacional na sua grande generalidade reconhece o Estado de Israel, pelo que não carece desse reconhecimento. Relembra ainda a moção sobre o incumprimento das resoluções e acordos internacionais, relembro eu senhor deputado, que Israel está em constante violação de todas as determinações emanadas pela ONU e de todas as convenções internacionais sobre guerra, genocídio e ocupação colonialista. Sobre as questões de financiamento, não sei se é pretensão do senhor deputado incluir o apoio financeiro dos Estados Unidos da América a Israel à margem das convenções internacionais, ou o mesmo apoio dado ao Estado Islâmico na Síria, país referido na moção”.-----*

Sobre esta moção interveio o membro **Ana Branca Carvalho** para proferir o seguinte: *“Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sala, sendo muito breve, relativamente a esta situação. Pese embora eu entender que o membro Viriato Lemos pretende relativamente à sua moção. Efetivamente tenho de concordar com aquilo que foi anteriormente dito pelo membro Alexandre Hoffmann. Isto é um arrazoador de intenções e não estão claras, devidamente, fundamentado aquilo que são as suas pretensões. Dizer-vos desta forma, numa coisa que é tão grave, iludirmos uma realidade, em, que o próprio Tribunal Internacional, tem aqui funções e que não são mencionadas, parece-nos a nós que esta moção sofre e padece de fundamentação, clareza e evidência, para que se possa votar com consciência um apoio sejam a quem for”.-----*

O **Presidente Municipal** informou que estavam presentes 35 membros na sala.-----

**Deliberação:** Rejeitada, por maioria, com dez votos contra dos membros:-----

grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia e Alexandre Costa Hoffmann Castela do grupo municipal da CDU-----

Um voto a favor do Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Vinte e quatro abstenções dos membros da Coligação “Somos Lamego” Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro

Morais Rodrigues Gregório, Maria Otilia da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas,-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Crista Almeida Gomes Azevedo, Adelino Gomes de Magalhães, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Ausentes da votação neste ponto: Pedro Miguel Vila Torres, Ricardo Luís Samara Antunes Robalo-----

António Manuel dos Santos Rodrigues, da coligação "Somos Lamego".-----

Ausente: Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da coligação "Somos Lamego"-----

**ASSUNTO:** MOÇÃO DE SAUDAÇÃO SOBRE O CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE MÁRIO SOARES:-----

*"Moção: "Centenário do nascimento de Mário Soares.-----*

*Comemorou-se no dia 6 deste mês, dezembro, o centenário do nascimento de Mário Soares, homem culto, determinado, pluralista, sendo uma figura central da nossa democracia.-----*

*Na comemoração, exaltou-se o seu exemplo para a construção do Portugal democrático pluralista e europeísta. Relembrar o seu percurso, contribui para reforçar o regime democrático e acreditarmos no poder local.-----*

*Recordar Mário Soares, é sedimentar os valores de abril e que vale a pena lutar pelos direitos universais do homem.-----*

*Grato, Mário Soares"-----*

O membro **Romeu Sequeira** proferiu a seguinte intervenção:-----

*"Começo por cumprimentar todos os presentes na sala e também todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais.-----*

*É com profundo respeito e admiração que nos juntamos para homenagear o centenário do Nascimento de Mário Soares, uma figura incontornável da nossa democracia portuguesa, que deixou uma marca indelével do nosso país.-----*

*O Partido Socialista não pode deixar de sublinhar que Mário Soares foi mais do que um fundador e o líder do Partido Socialista. Foi acima de tudo um símbolo de coragem, determinação e compromisso inabalável com a liberdade e a democracia.--*

*O seu papel na construção de um Portugal plural, democrático e europeu, permanece Como exemplo de visão política e também de amor pelo nosso país.-----*

*Recordar Mário Soares, é também recordar os valores de abril que ele personificou. A luta pela justiça social, pelos direitos humanos, e também pela igualdade de oportunidades para todos os portugueses. A sua liderança e os seus ideais, continuam, ainda hoje, a inspirarmos e lembrados que vale a pena nos lutarmos por esses mesmos valores. -----*

*Que o exemplo de Mário Soares, nos guie no trabalho que temos pela frente para um Portugal mais justo, mais solidário e mais democrático. -----*  
*Grato Mário Soares”.-----*

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para referir que:-----

*“Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sala e as pessoas que nos estão a ouvir através das redes sociais.-----*

*Falar de Mário Soares é falar sobre a liberdade, estou de acordo com isso, com a intervenção do membro Romeu Sequeira, foi um homem que lutou fundamentalmente pela liberdade. Era aí é um pergaminho que nós temos que defender, sempre, a liberdade.-----*

*Hoje a liberdade está em risco, por esta Europa fora e pelo mundo. Portanto, recordar Mário Soares é recordar, fundamentalmente, um lutador pela liberdade, daí que nós o grupo municipal da Coligação “Somos Lamego, vamos votar a favor, com toda a clareza e com toda a dignidade e respeito que nos merece a figura de Mário Soares.---*

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

*E outra vez, gostaríamos de saber o que pretende o Chega. O conteúdo não verte nenhuma proposta, não é uma moção, este texto é um conjunto confuso de palavras que não tem condições para ser votado, sendo que a única ideia que pode dar é que o Chega pretende que com esta moção, seja este ano o ano de assinalar o centenário do nascimento de Soares, coisa que já é senhor deputado, e tal mesmíssima coisa não depende desta assembleia, mas sim da certidão de nascimento do visado.-----*

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para responder ao membro Alexandre Hoffmann  
*“Bom, senhor Presidente da Assembleia, o grupo municipal do Partido Socialista, gostaria aqui de propor que a nossa intervenção, que foi preparada e nós não apresentamos uma moção, porque verificamos que a moção do membro Viriato Lemos chega. Mas, talvez, dada a pessoa de Mário Soares, aquilo que foi o contributo dele para o nosso país, pensa que poderia merecer, digamos, um voto unânime, de louvor. Eu compreendo as palavras proferidas pelo membro Alexandre Hoffmann, não sabe até que ponto, será possível reformular e até apresentar aquilo que é a nossa proposta como moção, atendendo aquilo que foi indicado pelo membro Viriato Lemos, nos chegamos aqui a uma conclusão. Acho que a figura de Mário Soares merecia isso da nossa parte, por isso deixo aqui este apelo e essa possibilidade.-----*

O **Presidente da Assembleia** interveio para responder ao membro Romeu Sequeira:

*“Não podemos aprovar as moções como reserva de redação, foi um texto que foi entregue, ele terá que ser votado, a menos que o membro Viriato Lemos queira retirá-la e consertarem depois um texto, numa sessão posterior. Também não há a figura da moção oral, digamos assim. A bem não só do decurso dos trabalhos de hoje, mas nas sessões seguintes, não termos iniciativas de moção tidas no púlpito. -----*

*Portanto, o que é que eu posso dizer? Vamos votar este texto, a declaração do membro pode ser até a própria justificação do sentido de voto do Partido Socialista e*

*constar na ata, exatamente nesses termos. Pode ser a vossa fundamentação. A fundamentação do vosso sentido de voto, ser a declaração que fez. Ou se fica como declaração de voto a intervenção que realizou, o grupo municipal do Partido Socialista é esta moção e à qual se associam.*-----

*Percebo que é estranho votar uma moção destas que não seja apresentada pelo Partido Socialista, mais isso aí já não controlamos. Mas este é o texto que vamos ter que votar, fica como declaração de voto a intervenção do membro Romeu Sequeira, como declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista*-----

O Presidente **da Assembleia** informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com e trinta e quatro votos a favor dos membros do grupo municipal “Somos Lamego” do Presidente da Assembleia, Ricardo Jorge Morgado da Costa e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Maria Otilia da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas e do independente Viriato Pina de Lemos.-----

Dos membros grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes de Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Duas abstenções do membro da coligação “Somos Lamego” Paulo Henrique Almeida Loureiro e Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, do grupo municipal da CDU---- Ausentes da votação neste ponto: Pedro Miguel Vila Real Torres, do grupo municipal do Partido Socialista; António Manuel dos Santos Rodrigues, da coligação “Somos Lamego”-----

**Ausente:** Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego” -----

**ASSUNTO:** MOÇÃO SOBRE VOTO DE CONDENAÇÃO SOBRE A FRAUDE NAS ELEIÇÕES NA VENEZUELA.-----

*“A eleição presidencial de 28 de julho na Venezuela foi fraudulenta e a ONU e a União Europeia expressaram a falta de transparência e integridade daquela eleição. O mais*

caricato foi o reconhecimento dos resultados pelo Conselho Nacional Eleitoral venezuelano, reconhecendo a vitória de Maduro e caucionando perseguição aos políticos defensores da democracia e da legalidade.-----

*Em Portugal, o PCP reconheceu a vitória de Maduro, o que mereceu o repúdio do partido comunista venezuelano. Para os defensores da ideologia comunista em Portugal, a legalidade é aquela que se adequa aos projeto da Internacional Comunista Não existem ditadores bons ou maus, um ditador é sempre um opressor da dignidade humana e responsável pelo mal-estar do seu povo. Um regime ditatorial alimenta-se do sofrimento e da miséria de muitos em benefício da opulência de alguns.-----*

*A Venezuela atual não é o paradigma de democracia, pois atenta contra a liberdade, a igualdade e a solidariedade” “Como nota de rodapé, a moção deixa a seguinte frase:-- Fraude nas eleições da Geórgia e Moçambique. É uma nota final, nota de rodapé”.-----*

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir o seguinte:-----

*“E ainda uma vez mais, senhores deputados, prossegue o ridículo. No que cabe ao conteúdo aqui trazido, dizer que às vozes de Joe Biden e Javier Milei se junta agora a distinta voz do senhor deputado Viriato Lemos, um triunvirato que defende a ingerência num país soberano, e que rejeita a análise de quase 700 observadores internacionais de 107 países, que declararam que o processo eleitoral decorreu dentro da normalidade e confronta a idoneidade do Tribunal Supremo de Justiça daquele país que ratificou a eleição sem receber as ditas provas de fraude por parte da oposição. Dizer também que a posição do PCP não é de mera análise política sobre este ou aquele candidato, lembrando que concorreram 10 forças políticas, mais do que nos Estados Unidos, Ucrânia ou Israel, a mero título de exemplo, e dessas 10 apenas uma não reconheceu o resultado, mas sim que essa análise decorre do respeito sobre a soberania dos povos e das nações em determinarem os seus próprios caminhos políticos. Sendo claro e objectivo, por fim, que o PCP pelo seu imenso e incomparável património de luta pela liberdade, não recebe lições de democracia de ninguém, e menos ainda seguramente de um partido que para se legalizar junto do Tribunal Constitucional usou assinaturas de menores de idade e de pessoas que já morreram, ou que sustenta a sua actividade política num recorrente saudosismo da ditadura em Portugal e encontra nas suas fileiras dezenas de constituintes em processos de corrupção, tráfico de droga, discriminação e violência. Do ridículo fica que uma vez mais se traz uma moção que propõe a votação nada e coisa nenhuma, em conformidade com o vazio político do seu conteúdo e de quem o apresenta como tão bem nos tem aqui habituado.-----*

*No entanto e para terminar há que valorizar, e é justo que se diga, que o chega não erra uma vez, erra todas”.-----*

Interveio o membro **Ana Branca Carvalho** para proferir a seguinte intervenção:-----

*“ Emo Senhor Presidente da Assembleia é um pouco difícil, perceber às vezes, que a intenção das pessoas não corresponde, como disse há pouco ao arrazoado de frases,*

*que quanto a mim, têm ou fazem menção de uma série de circunstâncias, baralhando aqui, tudo aquilo, que se calhar, estaria em mente ou na mente do membro Viriato Lemos trazer aqui à Assembleia e propor a votação esta moção. Em epígrafe, Fraude nas Eleições na Venezuela, nada corresponde ao que está depois nada mencionado, no decorrer do texto, porque mete, desculpe a expressão ao barulho circunstâncias justificativas, que nada têm a ver.-----*

*Efectivamente, custa imenso perceber a intenção do membro Viriato Pina de Lemos, porque, efetivamente, quer chamar à coacção, e é uma preocupação, é legítimo. Eu não tenho uma posição tão radical relativamente a não o perceber. Mas efetivamente, porque nós poderemos votar é aquilo que está no texto desta moção. E relativamente a isto não podemos concordar. -----*

O Presidente **da Assembleia** informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Rejeitada, por maioria, com doze votos contra dos membros Grupo Municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Fernando Manuel de Sousa Branquinho, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e do membro da CDU, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Vinte e três abstenções dos membros Adelino Gomes de Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Maria Alzira de Sousa Guedes Coelho, do grupo municipal do Partido Socialista.-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” Presidente da Assembleia, Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Ausentes da votação neste ponto: os membros Pedro Miguel Vila Torres do grupo municipal do Partido Socialista; e António Manuel dos Santos Rodrigues da coligação “Somos Lamego”.-----

Ausente: Sérgio Pedro da Rua Capela do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”-----.

**ASSUNTO:** VOTO DE PESAR PELA MORTE DE 5 MILITARES DA GNR, SENDO TRÊS DE LAMEGO -----

*“A nossa consternação pela morte de 5 militares da GNR, sendo 3 de Lamego.-----*

*A última semana de setembro foi marcada por uma tragédia que ficou gravada na memória dos profissionais da GNR, no cumprimento da sua missão de combate a um incêndio florestal, em Baião, cinco militares perderam a vida, quando o helicóptero, se despenhou no Rio Douro. Dos 5 militares, três eram do Concelho de Lamego e as suas famílias merecem que a autarquia as apoie.-----*

*A política só vale a pena se introduzir racionalidade no debate público sobre a problemática dos incêndios que todos os anos assolam a nossa região. Exige-se medidas preventivas e consequentes, e não discursos de circunstância, que tempo curto faz esquecer.-----*

*Somos da opinião que a instituição GNR seja homenageada pela Autarquia e que os filhos menores dos três militares falecidos tenham bolsas de estudo dignas.-----*

*A Autarquia como instituição de bem, deve dar o exemplo”-----*

Interveio o membro **Olga Ramos** para proferir a seguinte intervenção:-----

*Relativamente a esta moção não vejo sentido que ela seja apresentada, uma vez que já foi aqui apresentada uma moção neste sentido. E Relativamente aos apoios eles já foram, devidamente, atribuídos. Portanto não vejo qualquer sentido na sua apresentação.”-----*

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

*“O trágico episódio encontrou já respaldo nesta assembleia municipal, bem como já foram endereçadas à família e amigos enlutados a devida nota de pesar e consternação. O município de Lamego encetou também os apoios às famílias das vítimas, bem como o estado central, pelo que venho inquirir o senhor deputado viriato lemos do que é efectivamente pretendido pela moção e a que tipo de bolsas se refere? Moção Apoio a Israel.-----*

*Uma vez mais, vimos questionar o que propõe a moção, que é absolutamente imperceptível. Se for pelo título, dizer, caro senhor deputado, que manifesto a minha indisponibilidade para ir pegar em armas por Israel, sendo certo que não tenho particular interesse ajudar no desenvolvimento do genocídio em curso, que vitimou mais de 45 mil palestinianos até ao momento, se por outro a moção for pelo reconhecimento do Estado da Palestina, que o proponha claramente, sendo certo também que a comunidade internacional na sua grande generalidade reconhece o Estado de Israel, pelo que não carece desse reconhecimento. Relembra ainda a moção sobre o incumprimento das resoluções e acordos internacionais, relembro eu senhor deputado, que Israel está em constante violação de todas as determinações emanadas pela ONU e de todas as convenções internacionais sobre guerra, genocídio e ocupação colonialista. Sobre as questões de financiamento, não sei se é pretensão do senhor deputado incluir o apoio financeiro dos Estados Unidos da América a Israel*

à margem das convenções internacionais, ou o mesmo apoio dado ao Estado Islâmico na Síria, país referido na moção.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para se referir a esta moção, prestando um melhor esclarecimento:-----

*“Relativamente a esta questão, eu quero dizer que acompanhamos desde a primeira hora as famílias. Continuamos a acompanhar. Fizemos um apoio de emergência logo após o acidente. Entretanto o processo indemnizatório que o Governo promoveu já foi decidido. Houve também, eu referirei isso na minha informação à Assembleia, uma cerimónia de condecoração dos cinco militares falecidos. E continuamos a acompanhar as famílias naquilo que for necessário.-----*

*Sendo de salientar que se trata de famílias que estão a fazer a sua vida de trabalho quotidiana, a tratar dos seus filhos, com muita coragem e autonomia. E portanto o papel que nos cabe, precisamente o de fazer esse apoio de retaguarda que vier a ser necessário, em cada momento, mas garantindo sempre, quer a preservação da privacidade e da vida pessoal das famílias, quer a sua autonomia, que é muito importante neste momento. Portanto, só dizer, obviamente, que estamos a acompanhar o assunto e que acho, de facto, que não há nenhuma medida concreta que no momento possa ser proposta e tomada”.-----*

Interveio o membro **Constantino Vaz** para se referir a este assunto:-----

*“No que concerne a esta proposta do membro Viriato Lemos, o grupo municipal da Coligação “Somos Lamego”, também entende que, é inoportuna. Os familiares dos militares já foram indemnizados. E mais ainda, e mais ainda, esta Assembleia já aprovou um voto de pesar pela morte destes militares. Estamos solidários com a família, e estaremos no futuro. De qualquer forma não podemos votar a favor esta moção, não tem nada a ver com a realidade.-----*

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer um comentário, em jeito de declaração de voto:-----

*“Em primeiro lugar esta Assembleia já fez esta homenagem, este voto de pesar a estes militares, as famílias têm toda a nossa solidariedade, todos sabem disso. Face àquilo que o senho Presidente da Câmara, a Câmara tem acompanhado estas famílias, o Estado Central também, continuará a acompanhar e tem a certeza que, se alguma necessidade for identificada o senhor Presidente da Câmara e o Executivo serão os primeiros a dar essa resposta e prestar esse auxílio. E, portanto parece-me que estamos perante uma proposta, que acaba por, como se costume dizer no direito, por inutilidade superveniente, acabas por estar ultrapassada no seu objeto e por essa razão não posso acompanhar esta moção e fica aqui a minha declaração de voto”.*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes trinta e seis membros.-----

**Deliberação** Rejeitada com trinta e três votos, dos membros: do grupo municipal “Somos Lamego” do Presidente da Assembleia, Ricardo Jorge Morgado da Costa e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa;-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes de Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Maria Alzira de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier e Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela da CDU.-----

Um voto a favor do membro Independente Viriato Pina de Lemos;-----

Duas abstenções dos membros Fernando Manuel Duarte Branquinho e Manuel Varanda Pinto Rodrigues, do grupo municipal do Partido Socialista.-----

Ausentes da votação deste assunto, o membro António Manuel dos Santos Rodrigues da coligação “Somos Lamego” e Pedro Miguel Vila Real Torres, do grupo municipal do partido Socialista.-----

Ausente: o membro Sérgio Pedro da Rua Capela, da coligação “Somos Lamego”-----

Interveio o **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem**:----

*“Cumprimento todos os presentes nesta sala, as pessoas que nos assistem através das redes Sociais.-----*

*Dizer o seguinte: Antes de mais esta é a casa da democracia, a democracia existe as pessoas opinar sobre o que quer que seja. Dizer também aqui para reflexão, que nós estamos numa zona de fumeiro e desculpem a expressão, portanto, há aqui muitos chouriços, há presuntos, há uma série de coisas e há às vezes em mim, desculpem lá lá, se calhar de alguma experiencia, houve-se aqui temas e referencias a temas, que mesmo até as pessoas do Concelho de Lamego, devem-se interrogar do que é que elas contribuem de uma forma direta, para o desenvolvimento e o bem-estar dos lamecenses, e de todas as freguesias. Sim, somos membros municipais. Não somos deputados da Assembleia da República. Temos aqui determinado tipo de situações que nos é permitido, por força da tal democracia que, efetivamente, existe. Às vezes faz-me um bocado de confusão como é que perdemos tanto tempo, pode-se dizer*

assim, esta é a minha opinião, sobre temas que em nada têm a ver com o bem-estar da nossa região. Mas isso se calhar é falta de experiência da minha parte.-----

Indo àquilo que também me trás aqui, era o seguinte senhor Presidente da Câmara, eu queria aqui fazer uma referencia sobre um assunto que me preocupa diretamente e aos valdigenses, neste caso, que é o assunto das escolas de Valdigem. Neste caso a venda que foi feita. E, portanto, tudo aquilo que está a acontecer neste momento. Bem sabemos e bem sei que o processo está em Tribunal, está para curto prazo a decisão do mesmo. No entanto, aquilo que se tem passado a mim deixa-me aqui muita preocupação, pelo seguinte: o acesso que existe para o edifício da Junta de Freguesia, onde está situada a mesma, tem um portão, o portão tem que estar fechado.-----

Acontece que tem havido aqui algumas situações por parte da pessoa que fez a aquisição do outro edifício, de que às vezes abre, depois não fecha, depois corta cadeados.-----

Aquilo que queria aqui dizer senhor Presidente da Câmara, eu, naturalmente, enquanto Presidente de Junta estou do lado dos valdigenses, quero preservar o património. Naturalmente que também a Câmara assim o quer, e eu, naturalmente, também tenho que estar do lado de quem quer preservar o património dos valdigenses. Não tem nada contra quem fez a aquisição. A minha preocupação é que nós temos um edifício que tem arquivos da Junta, temos o edifício da própria Junta, temos que salvaguardar, temos indicações para que o portão seja sistematicamente fechado, sempre que não seja necessário. E a mim preocupa-me que estas coisas vão acontecendo, o portão vai ficando aberto à força. Depois fica por salvaguardar tudo aquilo que é de interesse público, nesta caso na freguesia. E eu gostava de saber senhor Presidente d Câmara o que é que podemos fazer, para mudar esta situação. Qual é a posição da Câmara, ou do senhor Presidente da Câmara, até para os valdigenses ficarem mais tranquilos em relação a esta matéria.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer o seguinte:-----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores deputados municipais o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores. -----

Cumprimento também o público aqui presente e todos os que nos estão a ver, através das redes sociais.-----

Lamego merece que os seus autarcas valorizem o seu património, particularmente na época natalícia. Ver a nossa avenida principal adornada, alimenta os nossos sonhos e recorda-nos a construção do presépio em nossas casas e nas igrejas da cidade e das aldeias. O senhor Vereador José Correia da Silva merece, uma vez mais, a nossa gratidão.-----

Identifico-me com a Revolução do 25 de Abril, mas não esqueço o 25 de Novembro e não aceito as razões que levaram esta Assembleia a não comemorar no Salão Nobre,

*o 25 de Novembro. Relembro, no entanto, que esta data não retira a relevância do 25 de Abril.-----*

*O 25 de Novembro fechou as portas à revolução proletária e minoritária, garantindo a democracia plural e a realização de eleições livres.-----*

*Valorizar o 25 de Novembro, não desprestigia o 25 de Abril. As duas datas identificam-se com a construção do Portugal democrático.-----*

*A Assembleia Municipal é o espaço político apropriado para encomiar os lamecenses que se destacaram no exercício da sua atividade profissional.-----*

*Hoje, evidencio José Direito, Isaac Gonçalves e Horácio Almeida. José Direito, falecido recentemente, colocou as suas aptidões ao serviço das populações, dirigindo repartições de Finanças, particularmente a de Lamego.-----*

*Isaac Gonçalves, recentemente falecido, foi Sargento-mor no CTOE – Centro de Tropas e Operações Especiais. Exaltou-se o seu exemplo militar, admirado por todos os militares e pela sociedade civil.-----*

*Horácio Almeida, mais conhecido por Horácio dos Fumeiros, leva a todos os recantos de Portugal os produtos fabricados no concelho de Lamego.-----*

*Não andaram na Universidade como outros que foram já agraciados nesta Assembleia, mas merecem igualmente o nosso respeito, admiração e estima.-----*

*Recorrendo a um pensamento de Napoleão Bonaparte e a um adágio popular, deixo alguns reparos à gestão camarária. Napoleão afirmava: “Nunca interrompas o teu inimigo, quando ele está a cometer um erro” e o adágio popular afirma: “A necessidade aguça o engenho.”-----*

*A gestão camarária, porque é auto-suficiente, menoriza as advertências dos adversários bem-intencionados e as necessidades dos munícipes não aguça o engenho do Executivo.-----*

*O Executivo Municipal usa e abusa do raciocínio maniqueísta: nós somos os suprasumos, os outros são os maliciosos.-----*

*O menosprezo de Napoleão Bonaparte levou-o à sua queda e a desconsideração que este Executivo revela, vai ter o mesmo fim. As futuras eleições autárquicas imporão o fim desta forma de gerir os destinos de Lamego.-----*

*Questionou-se o fim da política de prevenção rodoviária, alertou-se para a conspurcação da cidade, avisou-se para a degradação dos edifícios públicos e da construção recente. Lembrou-se para a degradação do acervo da antiga biblioteca municipal, reiterou-se para a falta de apoio a estudantes lamecenses carenciados e a frequentar as melhores universidades portuguesas. Interpelou-se a falta de apoio aos imigrantes que trabalham no nosso concelho. Preveniu-se para a diminuição da manha verde que ajuda na diminuição de partículas em suspensão no ar.-----*

*O plantio de árvores nos passeios é responsável pela deterioração dos mesmos e pelo levantamento do pavimento das ruas da cidade. Falou-se também do abandono do*

*nosso patrimônio arquitectónico, nem os pelourinhos se preservam e os suportes das flores do jardim da Avenida Visconde Guedes Teixeira, onde estão? -----*

*Que sirva de exemplo, a jurisprudência deu razão ao Município em não pagar a indemnização, requerida por um dos seus colaboradores.-----*

*Relembro, para o efeito, o provérbio “o maior cego é aquele que não quer ver”.-----*

*Parafraseando Eça de Queirós, Lamego vive angustiada, deprimida e escondida atrás do manto diáfano da quimera. Abandone-se a postura da grandeza do passado e preocupemo-nos com o presente, sem hipotecar o futuro das novas gerações.”-----*

Interveio o **Presidente da Assembleia** para prestar um esclarecimento sobre o tema do 25 de Novembro. -----

*“O membro Viriato lemos enviou-me um email no dia 15 de novembro, a perguntar se estaria prevista uma Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Novembro, o e-mail que mandou e leio, para que seja, totalmente transparente sobre esta matéria, foi: agradeço que informe se está prevista a Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Novembro,-----*

*Ao que respondi que agradeço o seu email, aproveito para informar que este ano não haverá sessão de evocação do 25 de Novembro, sem prejuízo de a sua sugestão ser analisada na próxima Assembleia Municipal ordinária. Até agora e até à data, não chegou de nenhum partido nem nenhum dos membros aqui presentes qualquer proposta de comemoração na Assembleia Municipal, uma sessão comemorativa do 25 de Novembro.-----*

*Segunda questão eu não decido sozinho a nossa ordem de trabalhos, nem eu imponho uma agenda da Assembleia Municipal. Portanto se os membros da Assembleia quiserem fazer uma proposta nesse sentido, aí já vincular o próximo Presidente da Assembleia, fica esse registo. Agora como podiam ter feito até ao dia 15 de novembro ou 18 de novembro quando respondi, para ser discutido até numa Assembleia Extraordinária. Essa proposta nunca chegou. Portanto, repito que não impõe agendas à Assembleia Municipal, como bem sabem. Isto é cristalino que eu estou a dizer, esta é a verdade.-----*

*Quando a Assembleia Assim o entender, maioritariamente for a favor, que essa comemoração se realize, eu ou quem estiver aqui neste local, só tem uma coisa a fazer que é executar essa deliberação. -----*

*Quanto à minha opinião relativamente a esse tema, está mais do que conhecida por todos, nos mais discursos do 25 de Abril, que eu acho que o 25 de Abril foi importante na construção da data fundadora e essa é que vai ser comemorada.-----*

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir o seguinte:-----

*“Bom dia a todos, começo por apresentar os meus cumprimentos a esta assembleia na pessoa do seu presidente, estendendo a saudação aos senhores vereadores e senhor presidente da câmara. Saúdo também quem nos acompanha e, ainda, os trabalhadores do município que tornam possível toda a logística destes trabalhos.-----*

*Caros senhores e caras senhoras, aqui estamos e aqui chegámos, pese embora todas as intervenções prévias nas quais fomos alertando, insistentemente diga-se, para a relevância deste órgão, com competências próprias e específicas e lamentamos que esse papel tenha sido diminuído pela acção do executivo e pela inação da mesa que preside os trabalhos.-----*

*Deliberou esta assembleia há mais de dois anos a recomendação para que a Rua 28 de Maio, data fundadora da ditadura militar que antecedeu o regime fascista em 1926, mudasse para Rua da Liberdade por ocasião dos 50 anos da revolução de 1974 que então se aproximava. Aprovou-se a proposta e foi-se trazendo o assunto recorrentemente, lembrando e relembrando do conteúdo da mesma, tendo sido cada interpelação sobre a recomendação ignorada pelo executivo e não se tendo visto nenhuma exigência e fiscalização por parte da mesa para ver garantido que a soberania deste órgão encontra respaldo na acção política do município de Lamego.*

*Saber-se-á, por esta altura, que a assembleia municipal não é um órgão subordinado ao executivo municipal nem que deve somente fazer eco do que vêm proposto das reuniões de câmara, pelo que posto isto não ficamos indiferentes a um comportamento que nos parece profundamente antidemocrático, e deve encontrar resolução.-----*

*Mais acrescentamos que a mesma exigência a colocamos sobre outro assunto aqui trazido de forma contínua, sobre o pagamento dos retroativos do subsídio de penosidade e insalubridade aos trabalhadores do município, valor em falta desde o início de 2021 a meados de 2023. Esgotámos as opções junto do executivo municipal de exigir a reposição destes valores, que tem força de lei, relembre-se, para além da própria obrigação ética por parte da entidade patronal destes trabalhadores, e manifestámos a disponibilidade política de construir a solução junto do executivo. Dada a falta de respostas ponderaremos agora o recurso a outras formas de luta e a subsequente denúncia às entidades que regulam o poder autárquico, nomeadamente a DGAL.-----*

*Senhor presidente, deixando um novo pedido de esclarecimento sobre a condução do processo do protocolo estabelecido com a Fundação de Serralves. Lembramos que foi a CDU a única força desta Assembleia Municipal que se opôs a este documento, de certa forma provinciano diga-se, e que veio já expor a falta iminente de resultados e propósitos. É um protocolo com um valor considerável, uma verba que poderia e deveria estar à disposição do movimento associativo e cultural do concelho e da região, ou então para reforçar os recursos à disposição do Teatro Ribeiro Conceição, que tem feito um trabalho meritório, quer na programação quer na formação cultural, ou no limite recuperar as verbas em causa para fazer face a parte dos constrangimentos de tesouraria sentidos e anunciados pelo executivo, mas não nunca para a concepção demasiado pequena de ter o Município de Lamego como fundador da fundação de Serralves num protocolo que nada acrescentou à cidade, ao concelho e à sua dinamização sociocultural, e que em muito reforça o orçamento da fundação*

*para dinamização própria dentro de portas e sem consequência para a nossa comunidade. Se a pretensão é manter é este caminho que lesa o interesse público, quem sabe se numa próxima reunião da assembleia municipal não se aprova uma recomendação para a cessação do protocolo, e quem sabe se o executivo não lhe dará mesmo cumprimento.*-----

*Por último, senhor Presidente da Câmara o piso da EN2, sobretudo entre a Ponte de Reconcós e Penude, apresenta-se extremamente degradado, com desaparecimento de grandes áreas do coberto betuminoso, tornando a circulação deveras perigosa para todos os que ali são obrigados a circular.*-----

*Sendo do interesse de Lamego que esta via estruturante no nosso sistema viário, se apresente nas melhores condições para a circulação com segurança, propomos que o executivo da Câmara inste a Infraestruturas de Portugal (IP), responsável pela manutenção da EN2, que com a máxima urgência proceda à repavimentação do referido troço e melhore as respectivas condições de circulação".*-----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer ao membro Alexandre Hoffmann o seguinte:-----

*" Dizer-lhe que a atuação da Mesa não tem, na minha opinião, naturalmente que as opiniões podem ser diferentes. Agora pertencendo à mesma Assembleia, se em alguma altura a Mesa, pela sua ação ou omissão, diminuiu esta Assembleia, então também, tenho que fazer a mesma leitura que a ação ou omissão, os membros da Assembleia também a podem ter diminuído.*-----

*Parece-nos que aprovarmos uma recomendação, aprovarmos uma recomendação, que foi aquilo que aprovamos aqui, aquilo que aprovamos aqui é diferente de impor à Câmara Municipal ou de usurpar a Câmara Municipal uma competência que é sua, que é de atribuição de nomes às ruas, pois é uma competência da Câmara. nós, senhor membro Alexandre Hoffmann, pode falar e criticar isto. A competência de atribuição dos nomes das ruas não é uma competência nossa.*-----

*Nós aprovamos uma recomendação, em que, preciosamente, recomendávamos isso. Quem tiver um entendimento deste e achar que essa recomendação tem força de deliberação, pode, sempre recorrer com uma ação administrativa para a prática do ato administrativo de vido e não realizado. Não é esse o meu entendimento, foi uma recomendação, podemos insistir, podemos reforçar junto da Câmara as vezes que se entender.*-----

*Agora acho que não fazer mais do que isso, a leitura que estamos a diminuir as suas competências, parece-me um salto demasiado grande, inconclusivo para ser dado, da forma como aqui foi dado.*-----

*Mas, naturalmente, as opiniões ficam com quem as emite, portanto fica registado a do membro Alexandre Hoffmann, apesar de discordar dela nos termos em que referiu".*---

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“Começo por cumprimentar todos que estão presentes nesta sala, todos aqueles que estão assistir lá em casa. Aproveitar desde já e começo logo desta forma, para depois, não se perder esta oportunidade no fim, portanto na época que nos guia, aproveito, desde já para desejar umas boas festas, em especial um Bom Natal a todas e a todos, não só os presentes, aqueles que estão assistir lá em casa e a todos aqueles, que mesmo não assistindo, irão ver, certamente a seguir, desejar-vos umas Boas Festas, umas boas entradas. E portanto, aproveitar, logicamente, que o balanço do ano seja feito, por cada um de nós, e que 2025 nos traga, certamente, melhor ventura, aquilo que 2024 nos trouxe. -----*

*Dito isto senhor Presidente da Assembleia, eu trago aqui alguns pontos, que eu acho que são extremamente importantes. -----*

*O primeiro começar por felicitar um antigo membro municipal, uma mulher, uma democrata que esteve nesta casa, a Sofia Pereira, eu aproveito só para reforçar o que disse o senhor Presidente da Assembleia, obrigado pela sua evocação. Mas a Sofia Pereira foi um dos membros municipais, das mais novas que houve, provavelmente, até a nível nacional. O seu percurso, mais do que o seu percurso político, o seu percurso enquanto mulher, enquanto democrata, aquilo que ela fez e transmitiu, enquanto valores, mesmo sendo ainda muito jovem, merecem logicamente a nossa referência. Merecem a nossa referência, porque deu-se um facto, não vamos ser hipócritas, ela foi eleita Secretária-geral da Juventude Socialista. E vamos ser honestos. Em situação alguma, independentemente das diferenças partidárias, que nos podem distanciar a cada um de nós. Ainda não tivemos até à data, esperamos que tenhamos muitos a partir de tal feito, mas ainda não tivemos até à data ninguém que alcançasse de forma democrática, livre, semelhante feito.-----*

*E, portanto, aproveito, em nome do grupo municipal do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, para a felicitar aqui em viva voz, pelo feito alcançado, e desejar, logicamente, que a Sofia Pereira possa trazer com o seu ímpeto, com a sua dedicação, com a sua forma de ser e de estar, que possa, de facto trazer, mais alegria à nossa democracia, e, certamente, que cada um de nós, independentemente, daquilo que nos afasta ideologicamente, não deixa de ser uma lamecense. E certamente que ela tarará Lamego sobre as suas costas e lembrar-se-á, em cada momento, daquilo que são as suas raízes e daquilo que é a sua essência. -----*

*Agradeço este tempo dispensado e falar de uma outra situação, que tem a ver com o seguinte: O nosso Presidente de Junta da Freguesia de Lamego, não está hoje aqui presente, e um dos principais motivos tem, exatamente, a ver com a efeméride, que acabou por acontecer, a morte do seu pai. E eu não podia passar um momento, para falar daquele que foi o seu pai, senhor Isac, e que muitos dos que estão aqui presentes tiveram o prazer de o conhecer. E vou aproveitar o facto para o fazer, porque vamos ser realistas. Quem conhecer o senhor Isac Gonçalves, sabe,*

*perfeitamente, que não é pelo facto o seu filho ser atualmente o Presidente de Junta que eu poderia deixar de fazer esta referencia.-----*

*Faço, logicamente em nome de todo o nosso grupo, faço-o também em nome pessoal, até porque era alguém e que o conhece sabe que era alguém próximo de mim, tínhamos uma relação pessoal muito próxima.-----*

*E deixar apenas esta referência, o senhor Isac Gonçalves, que faleceu no início desta semana, mas deixo aqui um conjunto de referências, daquilo que também foi o seu percurso. Várias pessoas que estão aqui, o senhor Presidente da Câmara também teve a oportunidade de lá estar, o senhor Isac Gonçalves foi um exemplo, naquilo que foi o seu tempo, não só enquanto foi ex-combatente, mas naquilo que foi a sua postura enquanto militar e daquilo que representou nos primeiros cursos de operações especiais que houve exatamente nesta terra. Isac Gonçalves será sempre uma referência para que foi militar, mas acima de tudo, para quem foi cidadão. A sua forma de ser e de estar, a sua bem-feitoria enquanto cidadão, uma pessoa sempre disponível, alguém que esteve sempre presente, alguém que apoiou sempre os seus, foi sempre amigo do amigo, merece, não só nesta época, como qualquer época, ser recordado. E, portanto deixo desde já a minha total referência para aquilo que foi o seu papel, para aquilo que foi o tributo que ele deu, não só a Lamego, mas principalmente às operações especiais de Lamego, acho que é algo que esta Assembleia deve sempre fazer ou deve sempre tentar fazer junto daqueles que bem nos fazem e que muito têm feito por nós.-----*

*Para além disto continuar com as referências que são merecidas. Aproveito, desde já, senhor Presidente da Assembleia, também para fazer uma referência à Art Dance. À bem pouco tempo, mais uma vez, digo isto, para depois as pessoas não acharem que sejas banal, voltaram outra vez a defender o seu título mundial, e portanto, estamos a falar de mais uma associação das múltiplas que temos, que têm feito um trabalho extraordinário, um trabalho espectacular no nosso Concelho. Mas a Art Dance voltou a ser Campeã do Mundo, voltou outra vez a ter um conjunto de elementos que foram dignos e dignificar o nosso país, e, principalmente, a nossa terra. E, portanto, deixar desde já o nosso apreço à sua direção, aos elementos que fazem parte dessa mesma direção. Mas também vamos ser honestos, fazer uma referência especial ao Prof. Roberto, porque é o cérebro, é o músculo, é de facto, uma parte significativa dessa casa. E é nestas alturas que nós também devemos, não só dignificar, como também aplaudir aquilo que é o trabalho dos nossos. Vamos ser honestos, não é tão fácil desenvolver este tipo de ação, independentemente do tipo de associação que nós estejamos a falar, não é tão fácil desenvolver este tipo de ação no interior, por exemplo, desenvolvendo nos grandes centros urbanos. As oportunidades, sejamos, realistas, são sempre muito maiores nos grandes centros urbanos. E, portanto aqui nos temos que dar um aplauso a dobrar, daquilo que são as dificuldades, daquilo que são as limitações, que muitas destas associações continuam a ter,*

*independentemente, dos apoios que são dados, não só pelo Município, por algumas entidades, e temos que aplaudir e até exigir um reforço desse mesmo apoio, mas é sempre muito mais difícil. Assim aproveita para felicitar a Arte Dance e todas as outras associações, em nome da Art Dance, logicamente, todas as outras associações que desenvolvem o seu papel e continuam com a mesma força, com o mesmo vigor no seguimento do próximo ano.-----*

*Senhor Presidente da Assembleia já sei que estou a ser um bocadinho fastidioso, mas só para terminar e tenho pena que a senhora Vereadora Catarina Ribeiro não esteja aqui. Mas eu tenho que falar aqui de um assunto, que começa cada vez mais a intrigar-me este tipo de situação.-----*

*Nós entramos agora em férias de período escolar, o Município de Lamego, juntamente com um conjunto de associações, de organizações privadas que existem em Lamego, logicamente conseguem fornecer ou conseguir fornecer um conjunto de prestação de serviços, neste período, em que infelizmente está muita gente a trabalhar, e portanto, tem que ter os seus mais pequenos, mais novos, têm que estar de alguma forma, ocupados naquilo que é a sua própria atividade. E, portanto a ocupação de tempos livres neste período específico, com a ocupação e as festividades da época do Natal, naquilo que é o acompanhamento das crianças, é algo que nós aplaudimos e que queremos reforçar. Mas senhor Presidente da Câmara é, perfeitamente, inadmissível, neste ano, que o Município de Lamego esteja a cobrar os valores questão a ser praticados, naquilo que é a ocupação de tempos livres. Não consigo e acho que é muito difícil para muitos de nós, que estão aqui, que sabem os preços que estão a ser praticados, é inconcebível que esteja a ser praticado por dia o valor de dez euros, por cada criança lamecense, naquilo que é o circuito no apoio no sistema público, sabendo e desde já aproveito para o dizer, sabendo que, existem algumas instituições privadas com, praticamente, metade deste valor. -----*

*Se o objetivo do Município de Lamego, era não fazer qualquer tipo de concorrência, às estruturas privadas, pois, claro que conseguiu. Mas sabendo nós da limitação de todas as estruturas privadas têm, provavelmente, precisariam até de ainda mais apoio, mais reforço, em relação a este mesmo assunto. Senhor Presidente da Câmara parece-me muito errado este valor, deveria ser algo que deveria ser acompanhado, deveríamos ter em atenção, não só estas épocas, como outras, e providenciar aos nossos jovens, àqueles cujas famílias estão impedidas, fruto da sua própria dinâmica, de poderem fazer um acompanhamento mais próximo, podermos providenciar muito bem este tipo de serviço, mas a preços que não sejam indecentes como os preços que estão a ser praticados”.-----*

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

*“Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhores membros da Assembleia, senhores Vereadores, funcionários, público e público que nos acompanha*

*pelas redes sociais do Município. Um cumprimento muito efectuoso de todos nesta época natalícia que estamos a viver.-----*

*Eu começava por fazer uma referência que já foi aqui também feita ao falecimento do senhor Isac Gonçalves, um militar exemplar, um cidadão muito reconhecido na nossa cidade, marido da D. Helena, ex-chefe de divisão nesta casa, pai do Presidente da Junta de Lamego, Nuno Lázaro e Sandra Lázaro, professora e mesária da Santa Casa de Misericórdia, nas duas pessoas eu quero expressar as devidas condolências pessoais e institucionais, do Município, pelo falecimento do senhor Isac Gonçalves.-----*

*Queria também fazer uma referência pela eleição da Sofia Pereira da JS nacional, e desejar-lhe as maiores felicidades políticas no cargo que vai desempenhar. -----*

*Relativamente a questões que foram aqui trazidas pelo Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem. Nós temos em Valdigem um assunto gravíssimo, um assunto que está a afetar de uma forma muito grave, aquilo que são os interesses patrimoniais dos valdigenses, da freguesia de Valdigem e do Município de Lamego. -----*

*E está também a por em causa pelo reiterado incumprimento da Lei, pela pessoa que adquiriu a antiga escola de Valdigem, está por em causa o respeito pela Lei, pela autoridade administrativa da Câmara.-----*

*Não está em causa o processo de litígio pela divergência de áreas entre o artigo da matriz e o logradouro da escola que foi vendido e comprado. Esse assunto será discutido em Tribunal. Sendo que o adquirente faltou à primeira sessão, faltou à segunda, alegando que tinha tido um acidente e que estava na Suíça e que não podia vir ao Tribunal, mas pode vir para Valdigem e para a antiga escola fazer obras. E tem tomado atitudes que são, absolutamente, ilegais e provocatórias, desde obras em licença, desde de rebentar o cadeado da escola, propriedade do Município e onde funciona a Junta, onde está também instalado o Posto Médico, onde está instalada a Associação dos Amigos de Valdigem. Tem continuado a realizar obras ilegais, desrespeitando o embargo que foi proferido pelo Município, e obviamente será comunicado ao Ministério Público, porque é um desrespeito pela Lei.-----*

*Eu acho que se trata de uma provocação gratuita, porque as pessoas em causa não têm nenhuma necessidade de criar um litígio desta dimensão. Não é com a Câmara e com a Junta, é com a Câmara e com a Junta e com toda a população de Valdigem. O que está em causa é o respeito mínimo que o património que é de todos deve merecer e não está a ter.-----*

*E, portanto, eu quero dizer ao Presidente da Junta que estamos a acompanhar este assunto com muita preocupação e com muita atenção. Iremos recorrer a todas as vias, naturalmente judiciais, para fazer valer aquilo que são os nossos direitos, e impedir uma situação de abuso, que diariamente está a ser exercida sobre património que é de todos.-----*

*Relativamente às questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann, eu queria-lhe referir que, em relação à questão da toponímia. Nos temos uma comissão de toponímia, está a apreciar e a discutir, de uma forma regular as alterações da toponímia da cidade.-----*

*Em relação ao pagamento dos retroativos do subsídio de penosidade, a situação está a ser avaliada, há situações em que os dias de trabalho prestados na situação de penosidade, que a Lei prevê estão devidamente contabilizados e identificados. Há outras situações em relação aos funcionários em que não estão, e, portanto temos aqui uma probabilidade elevada de pagamos retroativos em situações que se tornarão, de alguma forma, injustas para os funcionários ou pelo menos injustiça relativa.-----*

*Em relação ao protocolo com Serralves, o protocolo está em vigor, terminará no próximo ano de 2025, estamos a falar num montante de vinte e cinco mil euros que o membro Alexandre Hoffmann que acha que é muito elevado, e que seria muito importante para as associações e coletividades do Concelho.-----*

*Eu recorde, iremos discutir o Plano de Atividades e o Orçamento ainda nesta Assembleia, que nós vamos afetar mais de um milhão de euros às associações e coletividades. E a programação do Teatro Ribeiro Conceição, é de duzentos mil euros ano, financiado a 50% pela Direção Geral das Artes e que a essas despesas de programação acrescem todas as despesas do funcionamento do teatro. Ou seja, estamos a falar de vinte e cinco mil euros, numa despesa que o membro Alexandre Hoffmann aqui comparou as associações e coletividades e funcionamento do TRC, que ultrapassam um milhão e meio de euros. Portanto não estamos a falar de nada significativo, e estamos ao contrário do que referiu a falar de um protocolo que tem sido muito importante para o Município, temos aprendido muito no contacto com Serralves, temos tido retorno deste protocolo. E se vai ser mantido ou não no futuro, no próximo mandato isso será decidido, até 2025 será mantido, porque está em pleno vigor.-----*

*Em relação ao piso da Estrada Nacional 2, não precisa o membro Alexandre Hoffmann, de propor, pois temos insistido junto das infraestruturas de Portugal, temo-lo feito com regularidade, temos recebido respostas que não nos satisfaz, porque não apontam, efetivamente, para uma previsão razoável de execução de obras de obras de fundo, mas apenas para a correção pontual de, em fim, buracos de pavimento, uma ou outras situações, que são, absolutamente escandalosas e deprimentes. Mas é obvio que estamos todos de acordo que a Estrada Nacional 2 precisa de uma profunda intervenção de requalificação. -----*

*Relativamente ao ATL, que aqui foi referido pelo membro Pedro Torres, eu quero aqui reiterar, que o Município tem tido a preocupação de nas férias de Natal, da Páscoa e de Verão, ter ATL dirigido às crianças cujos pais estão a trabalhar. -----*

*Sabemos também que há um recurso ao ATL, não apenas pelos pais estarem a trabalhar, mas por pais que querem colocar os seus filhos no ATL, aproveitando o*

*facto do ATL, ter, efetivamente, uma programação rica com eventos, iniciativas e atividades que são enriquecedoras para as crianças e que, obviamente, custam dinheiro.*-----

*Temos também a noção de que se o ATL do Município for muito barato, os ATL'S das instituições privadas não vão funcionar. E por isso nós temos que ter preços que sejam ajustados.*-----

*No caso concreto do ATL de Natal, quero dizer aos membros municipais, que só o custo das atividades é de mais de três mil euros, mais a alimentação, mais o pessoal, mais os consumíveis do funcionamento das instalações municipais.*-----

*E portanto, o valor que foi definido, foi definido em função disto. E a lotação que foi definida está ajustada à procura que estamos a ter. Ou seja está ser cumprida o objetivo. E os ATL'S privados estão a funcionar e todas as famílias estão a ter o seu problema resolvido, os que estão a trabalhar e os que não estando a trabalhar, defendem que os filhos podem aproveitar estas atividades que são propostas neste ATL. E vai ser esta a regra que nós vamos continuar a seguir, sendo certo que poderíamos fazer uma coisa diferente, podíamos em vez de fazer ATL, ter apenas um espaço, onde recebíamos as crianças cujos pais estavam a trabalhar, e tomávamos conta delas durante o dia, servíamos a refeição e voltavam a casa ao fim do dia. Não entendemos ser este o conceito, entendemos que, se as crianças estão a nosso cargo, os pais não podem estar com elas, devemos proporcionar as férias mais adequadas e com uma diversidade de atividades que sejam enriquecedoras para elas. Portanto, esta é a política que está seguida e que é, absolutamente correta, vamos mantê-la, independentemente, obviamente, do preço, que poderia ser mais dez euros ou menos dez euros, por semana, não é essa a questão que é relevante, dependerá sempre do tipo de atividades que são desenvolvidas e do custo direto que elas acarretam".*-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para frisar o seguinte:-----

*"Depois de ouvir o senhor Presidente da Câmara, não posso estar mais em desacordo em relação àquilo que aqui enunciado. Se é verdade que a parte de justificação e o senhor Presidente da Câmara nada mais fez do que aquilo que eu já tinha dito, que é de louvar o trabalho de todos os profissionais que estão nos respetivos ATL'S, neste caso no ATL municipal, louvar o seu trabalho a sua dedicação. Dizer que algo nos separa na forma de pensar.*-----

*E no que diz respeito ao acompanhamento familiar, separa-nos muito. A Câmara deve investir nas famílias de Lamego, deve, claramente, proporcionar preços que sejam mais dignos do que àqueles que são praticados.*-----

*Eu compreendo que o senhor Presidente da Câmara acha que dez euros para si, não é nada especial por dia, mas para muitas famílias é um incómodo, é uma dificuldade. Não estou a dizer isto com tiques de populismo, não, isto é o tipo de dificuldades que muitas das famílias têm nos dias de hoje.*-----

*E vamos discutir outras situações lá mais para a frente, exatamente naquilo que são as dificuldades do dia-a-dia, de cada um dos nossos concidadãos. Mas muito sinceramente, em vez de por vezes, se investir ou se achar que são prioridades. Olhe situações como aquelas que falou aqui o membro Alexandre Hoffmann à pouco em relação a Serralves, porque não canalizar em vez de se andar a tirar verbas para preencher apenas os caprichos de alguns e para ter meia dúzia de atividades, que são frequentadas por meia dúzia de elitistas da nossa cidade, se calhar mais valia pensar, em pegar em parte dessa verba e canalizar para aquilo que é o ATL.-----*

*E aproveito desde já, também, senhor Presidente da Assembleia para enunciar o seguinte: Ainda bem que estamos a ter esta discussão, porque em relação àquilo que aconteceu as pessoas têm memória, as pessoas vão tendo memória, pois foi relativamente à pouco tempo. Em relação àquilo que aconteceu no ATL de Verão, do número de vagas que foram disponibilizadas, aquilo que foi criado de expectativa para os pais e daquilo que foi a realidade. Eu desde já vou aproveitar para dizer, é que este ano, no, último Verão, foram criadas quase menos 50%, menos 50% das vagas para ATL inicialmente para os pais e portanto para todas as famílias de Lamego. Depois, logicamente, de muita pressão, de muita discussão, de muita gente a refilar, e de haver claramente algumas situações até quase desesperantes, a Câmara lá foi cedendo, lá foi abrindo as suas portas. Aquelas que queria enunciar desde o início que tinha portas abertas, mas aquilo que nós vamos verificando, estão cada vez mais fechadas, mais encerradas, mais mirradas. E portanto, aproveito desde já, que que estavam a decorrer no processo, para que seja repensada a forma como se lida como ATL. Seja repensada ou seja isto à borla. Provavelmente, nem dentro seu partido lhe dava este conselho à borla. Este, é mesmo um conselho à borla. Aproveite.-----*

*Que seja repensada a forma como se lida com as famílias de Lamego. Acho que merecem muito mais dignidade, acha que merecem mais respeito e sim, merecem preços muito mais dignos.-----*

*Interveio o **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte intervenção:-----*

*“Não tem razão o Partido Socialista nesta questão, absolutamente nenhuma, nós temos 86 crianças no nosso ATL, temos 2450 nas nossas escolas, é obvio que podíamos fazer um ATL gratuito, mas é óbvio que os custos desse ATL seriam pagos por todos os pais das 2450 crianças que frequentam as nossas escolas. É justo de quem beneficia do serviço tenha que o pagar. É também falso que em relação ao ATL de Verão tenha havido problemas de vagas, as vagas fixadas foram duzentas, e foram abertas as vagas suplementares, como sempre são, quando se revela necessário.----*

*E é também verdade, que sendo o ATL destinado, prioritariamente, a famílias cujos dois pais estão a trabalhar, o que se tem verificado, é que temos na apreciação dos pedidos sido muito complacentes e aceitado situações, em que apenas um dos pais está a trabalhar ou em que, simplesmente, havendo vaga, as crianças, obviamente pagando venham a frequentar o ATL, mesmo que os pais estejam de férias.-----*

*Ou seja, para poderem participar nas atividades que são proporcionadas e que são atividades muito diversificadas, desde o ATL de Verão, ir à praia e a outros locais. O que obviamente, tem custos muito elevados. Não vamos deixar de seguir esta medida de política, porque entendemos que é a que responde às necessidades dos pais. Aquela que também responsabiliza e aquela que permite que a política municipal de educação seja integrada e partilhada também pelas instituições privadas, que oferecem serviços similares. É dessa riqueza e diversidade que resultam uma política municipal de educação adequada e equilibrada e justa. E aí nós estamos a fazer”. -----*

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----

*“Aproveitando logicamente aquilo que é a boa disposição do Presidente da Assembleia, mas também aproveitando aquilo que o nosso tempo, dizer apenas o seguinte e para finalizar este assunto, senhor Presidente da Câmara, há coisas que nos diferenciam, e esta é uma delas. Aquilo que é uma preocupação para com as famílias de Lamego, para com os pais, para com os pais que têm os seus alunos a estudar na escola pública, diferencia-nos a forma de vermos as coisas. E, portanto ainda bem que disse o que disse, ouça, e compreende-o, agora isto de extensivo, nós temos uma visão diferente. -----*

*Não só o ensino, mas aquilo que é o acompanhamento dos alunos, dos estudantes, deve ser tendencialmente gratuito. ER é isto que também, deve, de facto, fazer a diferença naquilo que é a nossa forma de estar e de executar. -----*

*E apenas para terminar, se tivéssemos que optar por aquilo que é a diferenciação, o custo diminuiria mínimo. E também lhe vou dizer mais senhor Presidente da Câmara, não é pelo facto de os dois pais estarem a trabalhar ou apenas um dos pais estar a trabalhar, que as crianças de Lamego não devam usufruir das oportunidades por excelentes profissionais, que estão ao cargo dos serviços do ATL, que têm proporcionado a todos os nossos alunos. E, portanto, é também uma mais-valia educacional, que não devemos olhar como um centro de acolhimento. Porque nas suas palavras parece que ficaram um pouco assim. É como se fosse um centro de acolhimento, apenas para aqueles que têm os dois pais a trabalhar, não, não. É uma mais-valia pedagógica que é dada a cada um dos alunos. É um complemento pedagógico e é missão e deve ser missão do Município de Lamego investir, investir forte, distanciamos este ponto de vista. Temos pena, mas é dessa forma que nos pensamos. E seria connosco que, logicamente, assim podia ser feito.-----*

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:--

*“ Só quero dizer que, de facto, o Partido Socialista mais uma vez demonstra que não tem nenhuma posição coerente sobre esta matéria. Se alguém se preocupa com o apoio à família somos nós, é a coligação que está no poder. Fomos nós que desenvolvemos todas as iniciativas de apoio à família que existem. A começar pelo enxoval Bebé, promoção da natalidade, a partir do apoio às creches, nomeadamente às creches privadas das nossas IPSS'S, cujas obras de construção ou de*

*reconstrução é ajudarmos a financiar, somos nós que nos preocupamos com a qualidade de ensino. Requalificamos toda a nossa rede de ensino, de jardim-de-infância e 1.º Ciclo. Temos desenvolvido os projetos para requalificar todas as escolas do Concelho. Temos apoiado todas as escolas públicas e privadas a todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior. Temos apoiado os nossos alunos que estão no ensino superior, com o número de bolsas que, mais uma vez iremos aprovar daqui a pouco no Plano de Atividades e Orçamento, onde estão previstas 100 bolsas, quando o regulamento prevê a atribuição de doze, e temos recorridos à norma de exceção para todos os anos aumentar esse número e tentar responder a todos os pedidos de bolsa que reúnem os critérios e que nos são apresentados. -----*

*Temos reforçado o pessoal das escolas, não apenas para responder àquilo que são as nossas obrigações, no cumprimento dos rácios acordados com o Ministério da Educação. Mas também ter disponibilidade de responder na componente à família. Ou seja no prolongamento de horário, nas atividades extracurriculares, em todas as iniciativas que são complementares ao período letivo à área pedagógica, mas que são fundamentais para as famílias. E onde se inclui também o ATL. -----*

*Os ATL'S consomem recursos em termos de espaço físico, que muitas vezes impedem a realização de obras de manutenção das escolas, ocupam recursos humanos, impedindo os funcionários de terem férias que são, obviamente, imperativas do ponto de vista legal, e isso tudo traz custos que têm que ser pagos, têm que ser pagos, porque quem beneficia os serviços e não pelos restantes lamecenses, que não colocam os seus filhos no ATL. -----*

*Esta é uma questão que é inultrapassável, damos todo o apoio às famílias, damos apoio à família de forma gratuita, quando tal se justifica, damos apoio às famílias, participando estas o custo das atividades quando assim tem que ser, como é no caso dos ATL'S, que não são de forma alguma, um aspecto de complemento pedagógico, são apenas um aspeto de apoio à família e de realização de um período de férias, de atividades que são uteis para as crianças no seu processo de crescimento.-----*

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar uma informação, que devia ter dado início da Assembleia e que não deu, esta Assembleia como é aqui no Salão Nobre, a questão do almoço é um almoço livre. Circulará. Por uma questão de simplificação dos serviços, vai passar uma folha, caso alguém queira associar-se, é um almoço inorgânico que surgiu entretanto, mas que não vincula a Assembleia Municipal, vai quem quer, e quem quer ir paga.-----

## **2.1.ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 05 DE SETEMBRO DE 2024-----**

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se

que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, oito não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

**Deliberação** Aprovada, por unanimidade dos presentes:-----

Dos membros do grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Dos membros grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

Existindo oito não votos de Viriato Pina de Lemos, Alexandre Costa Hoffmann Castela, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Fernando Manuel Duarte Branquinho, António do Carmo Ribeiro, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, António Patrício Ribeiro Esteves e Tânia Isabel Santos Esteves.-----

Ausente da sessão: Sérgio Pedro da Rua Capela, da coligação “Somos Lamego”-----

## **2.2.ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11 NOVEMBRO DE 2024-----

Presente para aprovação a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 11 de novembro de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, nove não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade dos presentes:-----

Dos membros da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Paulo Henrique Almeida Loureiro, António

Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreiras Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier;-----

Havendo nove não votos dos membros que não estiveram presentes naquela sessão: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Pedro Miguel Vila Real Torres, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, António do Carmo Ribeiro, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório e Tânia Isabel Santos Esteves.-----

Ausente: o membro, Sérgio Pedro da Rua Capela, da coligação Somos Lamego”-----

### **2.3. ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o membro **Ana Branca Carvalho** para apresentar as conclusões da CIM que se realizou este mês:-----

*“Muito obrigada senhor Presidente, relativamente àquilo que fui em representação desta Assembleia Municipal, para uma atividade intermunicipal, estiveram presentes os membros Alita Carvalho e Romeu Sequeira. Relativamente às temáticas debatidas, houve um período antes da ordem do dia, com a aprovação das atas das sessões anteriores, e algumas informações que por eu considerar e por nós considerarmos relevantes de as mencionar. -----*

*Primeiro, a preocupação da Comunidade Intermunicipal, de estar representada na Europa, junto da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, defendendo um território e as pessoas nestes territórios com alguma preocupação e com a criação de equipas de trabalho na Europa, dentro dos órgãos institucionais europeus, para, de facto, poder de forma transparente, efetiva e eficaz, aquilo que é o interesse deste território e das pessoas do território como eu já afirmei.-----*

*Também outra referencia de informações, que para nós é relevante, tem a ver com a questão orçamental, porque a CIM articula com vários projetos transfronteiriços e projetos internacionais, tendo um volume de recebimento de dinheiro nesta menção representativo também para desenvolver outras atividades associadas ao território e aos projetos de desenvolvimento e inovação nos territórios. -----*

*Foram mencionados todos esses projetos, analisados e houve uma preocupação latente de mencionar que havia intenção da CIM de continuar nesta senda. Ou seja,*

*continuar esta forma a poder ir usar os dinheiros a que tem possibilidade e a que tem direito, nesta égide. -----*

*Também foram mencionadas algumas reuniões tidas com os Presidentes das Câmaras. Houve intervenção do público com algumas preocupações, principalmente naquilo que diz respeito à saída de alguns serviços públicos nalgumas sedes dos municípios, o que é altamente preocupante. Houve também a preocupação de mencionar que CIM deverá fazer chegar aos deputados da Assembleia Intermunicipal a informação de algumas atividades mais ligadas à questão cultural, porque gostaríamos todos, em representação dos nossos municípios, ou seja, membros municipais, para além de nós três poderem aceder e poderem ter essa informação. E também houve no período da ordem do dia, a deliberação do plano de atividades para 2025, que é rico, por isso, nós nos manifestamos em ter a informação prévia do decurso das datas e da forma de acessibilidade a essas atividades culturais, para podermos, efetivamente usufruir delas.-----*

*Também foi apresentado o mapa de pessoal, há, efetivamente, um aumento substancial de contratos laborais sob a égide da Lei de Trabalho em Funções Públicas, porque a CIM Douro pretende responder a algumas questões administrativas e que não têm já capacidade.-----*

*Dizer também, que há uma abertura total e houve uma participação, relativamente aqui ao Município de algumas menções, que tiveram a ver com os projetos internacionais. Efetivamente, o Município está nesses projectos. Alguns projetos ligados à questão dos raps agrários, alguns projetos ligados ao património e a nossa intervenção foram nesse sentido de desenvolver essa atividade.*

*Obviamente que a intervenção do membro Alita Carvalho foi para além disso, continua a secretariar esta entidade, de forma a poder representar duplamente, aquilo que é o nosso Município. -----*

*Fora disso, correu muito bem, foi em Sabrosa e, efetivamente, tudo aquilo que vai ser feito, será comunicado atempadamente, para podermos trazer a esta Assembleia Municipal.-----*

### **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----**

**3.1.ASSUNTO:** APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2023-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar a informação:-----

*“A informação escrita que apresento à Assembleia está disponível, queria apenas salientar algumas questões, que me parecem mais relevantes, a informação, como sempre, está por ordem inversa dos acontecimentos a que se refere.-----*

*Queria-me referir à transferência do Solar do Palacete dos Padilhas, onde funcionou a Região de Turismo do Douro Sul, e posteriormente a Delegação do Douro, do Polo do*

*Turismo do Douro e também da entidade do Turismo do Porto e Norte. Os serviços do turismo, foram instalados junto da Associação de Municípios do Douro Sul, Comunidade Intermunicipal e Associação Beira Douro. Iremos agora proceder à qualificação, logo que possível, do Palacete dos Padilhas para a instalação de serviços ainda a definir.-----*

*Queria salientar também, a Gala dos 200 anos da Banda Filarmónica de Magueija, o Concerto da Banda da Armada, que assinalou os 25 anos da Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição.-----*

*A Cerimónia que já fiz aqui referência de Condecoração e Promoção a Título Póstumo dos cinco militares da GNR, que perderam a vida no acidente de helicóptero, que também decorreu neste Salão Nobre, numa cerimónia privada, com a presença do senhor Primeiro-ministro e do senhor Comandante Geral da GNR, uma cerimónia muito simbólica e emotiva.-----*

*Queria-me referir ao projeto “Lamego Digital”, o projeto do Bairro Comercial de Lamego, que está neste momento já no terreno, com a obra física, que se traduz na requalificação do estacionamento do mercado e com aquisição das ferramentas digitais que irão suportar o Marketplace, a promoção Digital, a mudança de mobiliário urbano, também com uma componente digital, e para a qual esperamos a adesão dos comerciantes da área de intervenção que, basicamente é a Rua de Almacave, Av. 5 de Outubro e a zona da Avenida. Já feita a apresentação aqui no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----*

*Queria referir a inauguração da ampliação do Cemitério de Ferreiros de Avões, temos várias obras similares a decorrer no Concelho, foi dada uma resposta a uma preocupação das Juntas de Freguesia, que se tem tornado premente nos últimos anos, face ao envelhecimento da população e á inevitabilidade humana de todos parecermos. -----*

*Destaco a inauguração do Polo de Cibersegurança e telecomunicações da ESTGL e da Deloitte. É um projeto imensamente interessante, a que o Município tem dedicado o apoio desde a primeira hora. É um projeto que, além da componente de formação do CTESP, tem associada uma componente de prática laboral imediata através de uma bolsa concedida pela Deloitte. Estamos já com o terceiro grupo, sendo que o primeiro já está a frequentar a licenciatura. Temos uma enorme esperança, não apenas neste projeto, mas em projetos similares, que a partir desta semente possam surgir a Lamego noutras áreas de Inteligência Artificial da Saúde. Há várias áreas que estão a ser trabalhadas e que podem seguir este modelo, de vir a reforçar a capacidade que a nossa escola de ensino superior, tem neste momento.-----*

*Quero destacar também, a visita que foi feita ao Centro Tecnológico da Latino Coelho, que está também em obra, e já com equipamento instalado e pronto a funcionar.-----*

*Saliento a atribuição das Bolsas de Estudo, à necessidade de termos sentido de aumentar o seu número ano após ano, foram mais de 30 bolsas em 2023 e em 2024 poderá chegar às cem bolsas. -----*

*Quero referenciar também a reunião que fizemos com os Presidentes de Junta e com os responsáveis de todas as associações e clubes, que são apoiados nas suas atividades pelo Município. São parceiros fundamentais da ação do Município no terreno, isto é, de levarmos a todas as freguesias, um conjunto de serviços, alguns de manutenção outros de promoção de atividades que são muito importantes para a população. E que devem chegar, de facto a todo o território, relativamente aos clubes e coletividades de podermos ter a nossa política de desporto, e de apoio ao associativismo, nomeadamente na área cultural, reforçada com o trabalho das associações que já é muito profícuo, mas que pode ser sempre melhorado, por reforço da colaboração do Município. -----*

*Destaco a visita do Ministro da Agricultura ao Concelho no seguimento das intempéries que afectaram os pomares e a produção de maçã na nossa região. Temos estabelecido as condições para os apoios, que podem ser disponibilizados, aos nossos agricultores. -----*

*Reunimos também aqui no Salão Nobre com o Vice-Presidente da CCDR, Dr. Jorge Sobrado, a propósito das rotas culturais do Norte. Foram convidadas todas as instituições que detêm ou gerem património classificado no Concelho de Lamego.*

*Foram clarificadas as questões relativas às candidaturas que estão abertas e algumas instituições já estão a preparar candidaturas no seguimento dessa reunião para apresentar. -----*

*No que concerne à educação, mais uma vez queria salientar no ano letivo que passou, oferecemos a todos os alunos, incluindo do ensino privado, os livros de fichas e os cadernos de atividades. -----*

*Está a ser concluído um processo de requalificação do espólio desportivo do Concelho, para que eles possam ser alocados á cidade, entregues à respetiva Junta de Freguesia, nos termos acordados no protocolo de transferência de competências.---*

*Em relação ao programa 1.º direito, e à construção de habitação a custos controlados, queria assinalar a transferência, ao fim de quase quinze anos de insistência das duas casas do Ministério da Agricultura, em Santo António para a posse do Município e para a sua integração no projeto “1.º direito” e a construção ou a reconstrução neste caso, de dois fogos de habitação naquele local. -----*

*Foi concluída a 32ª fase da repavimentação de estradas e arruamentos, e está a ser preparado o próximo concurso, que terá um valor de cerca de um milhão e meio de euros, para continuar neste processo permanente a que nos obrigamos, de requalificar a rede viária do Concelho, na cidade e também nas nossas freguesias.*

*Queria referir, por fim, o Centenário do Núcleo de Lamego da Liga dos Combatentes e salientar a este propósito o trabalho que temos feito, no sentido de, criar condições*

*para que as instalações que foram cedidas ao abrigo de um contrato de comodato ao Núcleo da Liga, possam ser requalificadas no próximo ano. Estamos a preparar uma candidatura para esse efeito. -----*

*Finalmente do ponto de vista cultural, houve imensa atividade cultural com espetáculos diversos promovidos pelo nosso Teatro, por associações culturais. Já aqui foi referida o sucesso que a Arte Dance tem tido a nível mundial, conseguindo prémios de nível mundial, que muitos nos orgulham.-----*

*Também a apresentação de livros, que decorrem com regularidade no nosso Concelho, quer de autores lamecenses, quer de pessoas ligadas ao nosso Concelho e que nos procuram para fazer a apresentação dos seus livros.-----*

*Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----*

*Aproveito desde já, aproveitando a época natalícia, para dizer que não pensem, isto aproveitando logicamente, aquilo que também democraticamente bom, que às vezes essa opinião, não pensem que sou uma pessoa má, muito menos azeda. Aliás não tomo açúcar, até para evitar qualquer tipo de excesso de açúcar, que me pessoa provocar diabetes.-----*

*Dito isto, permita-me apenas senhor Presidente da Câmara, e aqui gostaria mesmo que nos explicasse esse processo.-----*

*Já foi aqui referenciado, o Palacete dos Padilhas, e daquilo que foi a permuta feita com o Turismo Porto e Norte das instalações para a Município de Lamego. Mas eu gostaria de relembrar e gostaria que me corrigisse, se eu estiver errado, que houve um protocolo, não tenho presente a data, se terá sido entre 2015 e 2016, qualquer coisa por aí, um protocolo que foi formalizado com o Turismo Porto e Norte, na altura presidido pelo Dr. Melchior Moreira, em que já estava previsto. Nesse mesmo período, a passagem desse palacete para a Câmara Municipal de Lamego, e ao mesmo tempo também o assumir responsabilidades de dois funcionários, na altura afetos ao Turismo Porto e Norte para a Câmara Municipal. -----*

*Entretanto, e se eu estiver errado, gostaria de ser esclarecido, para os devidos efeitos, pois esse processo acabou por não ser validado, não por responsabilidade do Município de Lamego, segundo me consta, mas por incapacidade, do então Turismo Porto e Norte. Assim tiveram que passar mais coisa menos coisa, sete anos para se oficializar essa mesma questão. -----*

*Eu gostava de saber o porquê de se ter tomado tanto tempo, porque é que na altura o Município de Lamego assumiu a responsabilidade desses mesmos funcionários sem a garantia que estava prevista contratualmente do imóvel. E portanto, é dito agora, como alvo, quase de novo e inovado, e se bem me lembro, isso foi uma decisão tomada na altura em que o senhor Presidente da Câmara, era também Presidente da Camara, e portanto, já lá vão quase sete anos. E para que a memória não se vá desaparecendo, apenas explicar o porque desse processo não se ter concretizado, porque é que não se concretizou, e qual eram as limitações legais, que impediram que esse mesmo*

processo fossem para a frente, e porque é que a Câmara assumiu esses funcionários, na altura, com o custo, logicamente que isso implica, independentemente, da mais-valia que cada um deles trouxe para o Município. Porque uma parte do acordo foi formalizada ao invés da outra. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:

*“Uma resposta muito simples ao membro Pedro Torres, porque é que passaram sete anos, porque quatro não contaram, foram os quatro anos de mandato socialista. Ou seja uma branca, uma lacuna, um vazio na vida desde Concelho, e portanto, não.*

*Agora de uma forma mais concreta relativamente ao processo do Palacete dos Padilhas. O Palacete dos Padilhas foi adquirido e pago em parte iguais pelo Município de Lamego e pela antiga região de Turismo do Douro Sul. Ficou na escritura de transição uma cláusula de reversão que diz que, no caso da entidade de turismo ser extinta ou deixar de haver a afetação do edifício ou do serviço ao Turismo em Lamego, o edifício passa a pertencer à Câmara Municipal de Lamego. Foi essa cláusula que foi incluída, no protocolo, também já não tenho a data presente, foi estabelecido com o turismo, e que previa a transferência do património para a Câmara Municipal. Ora, do ponto de vista legal, essa transferência não se pode fazer, enquanto existir em Lamego um serviço de Turismo, tutelado pela entidade que sucedeu à Entidade Regional de Turismo do Douro Sul.-----*

*Situação diferente, a transferência dos funcionários. Sempre que houve a redução de funcionários, com extinção de serviços em Lamego, os funcionários que quiserem vir para a Câmara de Lamego tiveram as portas abertas, as tais portas sempre abertas que também já aqui foram referidas. -----*

*Assim aconteceu com a Casa da Cultura, assim aconteceu com o Gabinete de Apoio Técnico da CCDR, Assim aconteceu com a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, assim aconteceu com as associações de freguesias, e com todas as outras entidades que, por motivos diversos foram extintas e deixaram de ter atividade, como aconteceu com o Turismo e na altura apenas uma funcionária veio para a Câmara Municipal de Lamego em mobilidade, perfeitamente normal, como sempre tem acontecido. -----*

*O que se verificou agora, é que face à impossibilidade de fazer a transferência plena da posse e do edifício para a Câmara Municipal, ele é transferido ao abrigo de um contrato de comodato por trinta anos, para que o Município possa usá-lo, usufruir do mesmo e realizar nele as bem-feitorias, que semostrarrem convenientes param a função que vai ter. -----*

*Relativamente à condição, de continuar a existir uma entidade regional de turismo ou uma delegação da mesma, ela mantém-se em Lamego e mantém-se com um conjunto de funcionários que, estão neste momento, em instalações cedidas do Município, digamos que, por permuta da libertação do Palacete dos Padilhas. E esta é a situação que encontramos para ultrapassar este problema, impedindo que um património que é*

*de todos, que é o Palacete dos Padilhas se vá degradando e garantindo que os funcionários que estão a trabalhar, no polo, na delegação de Lamego, da Entidade Regional de Lamego tenham melhores condições para cumprirem a sua função. Sendo que são funcionários que, maioritariamente, exercem as suas atividades para a toda a região Norte, não apenas, digamos, para a região do Douro Sul, mas que, numa componente concreta, como seja, a certificação das unidades hoteleiras, o façam preferencialmente na nossa região”.-----*

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para responder ao Presidente da Câmara:

*“Eu já não contaria com outra coisa, por parte do senhor Presidente da Câmara, que não fosse estar aqui a falar de um conjunto de situações. E no fundo com boa retórica, basicamente, colocou aqui uma mão cheia de nada em relação à questão que eu lhe coloquei, às questões que lhe coloquei, como também a seu tom. -----*

*O senhor Presidente da Câmara, enquanto bom transmontano, também eu nascido em Trás-os-Montes, não muito longe da sua terra, eu, concretamente, nascido em Mirandela, embora, desde sempre de Lamego, mas com muito orgulho também nas minhas raízes, devemos todos nós ter orgulho nas nossas raízes, mas permita-lhe uma expressão que usa também lá em cima, que é trampolinice. E nós às vezes também usamos essa mesma trampolinice, naquilo que é a explicação das coisas. Eu fui muito claro naquilo que lhe questionei, V. Exa. aproveitou para falar de brancas, “olhe em relação a nós os dois, levo vantagem que tenho menos brancas.” Mas vou-lhe dizer mais, brancas foi aquilo que aconteceu neste processo, e podia-se, logicamente, aproveitar, já que não teve essa oportunidade, mas eu digo. O processo foi considerado ilegal. Senhor Presidente da Câmara eu toquei neste assunto, porque quando V. Exa. formatou e formalizou esse mesmo processo com o então Presidente do Turismo Porto e Norte, e não vai falar sequer do processo judicial em curso e os infortúnios que aconteceram na altura. Mas aquilo que se verificou, é que, de facto, aquilo que não foi legal, e não foi um funcionário, também é verdade que me esqueci só de um, esqueceu-se também de 50%, é a história do meio copo meio cheio, meio vazio, esqueceu-se de metade, foram dois funcionários na altura. E em bom rigor o Município de Lamego, não acolhe, não isso estava escrito nesse mesmo protocolo. Não era porque se lembrou, e porque houve aqui uma alma caridosa que se lembrou de acolher aqui quem quer que seja, não, estava escrito nesse mesmo protocolo, a transferência do imóvel, e em contrapartida o Município assumia esses dois funcionários, e nós sabemos muito bem. Eu só coloquei essa questão, poderia ser um bocadinho mais direto. Em vez de fazer a volta a redoma, era apenas dizer sim. Na altura a coisa correu mal e nós corrigimos agora e bem.-----*

*E digo-lhe desde já corrigiu e bem. E mandou a mão, foi no tempo, mas na altura aquilo que aconteceu foi um processo de trampolinice. Foi um processo em tudo menos correto. E portanto apenas aproveitar as suas palavras, embora extremamente*

*Rodeadas, permita a expressão e com toda a estima e consideração, mas em bom rigor, não foi exatamente como disse”.-----*

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres: *“Aquilo que eu expliquei foi, exatamente, o que aconteceu, não houve qualquer ilegalidade, no protocolo que foi assinado, houve uma impossibilidade do Turismo do Porto e Norte fazer aprovar a transferência plena do edifício para o Município. Isso não foi conseguido durante o meu mandato em 2017, não foi, sequer, tentado em 2017 e 2021 pelo anterior executivo, que nada fez a este respeito. E portanto, só agora é com a nova direção o assunto foi resolvido, deixando cair a questão da transferência da propriedade e fazendo um contrato de comodato por trinta anos.-----*

*Quanto aos funcionários que vieram do Turismo só lembra da Dra. Isabel Guerra, não me lembro de mais ninguém, mas pode o membro Pedro Torres estar certo, não tenho essa certeza. E portanto, não houve nenhuma trampolinice, nunca há trampolinice. Há acordos que são celebrados entre instituições, de acordo com as leis que são aplicadas, e se são exequíveis são executados, se não são, são, obviamente, revistos. Respondi-lhe com clareza, não percebo aonde quis chegar, a não ser eventualmente, referir-se ao processo judicial que envolve o anterior Presidente do Turismo Porto e Norte, de resto, não faz aqui sentido nenhum. Até achei que o membro Pedro Torres ia perguntar-me o que é que vamos fazer ao edifício, posto que já até tinha dito que gostaria muito de ver lá à sede da Junta de Freguesia de Lamego, mas não, coisas práticas, coisas uteis, coisas que valorizem Lamego e os lamecenses não lhe interessa. A Chicane política é o jogo baixo, é, talvez, aquilo que lhe interessa e portanto, deixo aqui um vivo repúdio à trampolinice, que aqui referiu e que não existe, a não ser nas práticas do Partido Socialista”.-----*

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer o seguinte: -----

*“Bom, o senhor Presidente da Câmara, provavelmente, acordou para o lado errado, hoje, e a falta de poder de encaixe que tem, também se tem vindo a notar ao longo dos dias, mas dizer o seguinte:” Jogo baixo, jogo sujo, garanto-lhe que não se joga nesta bancada. Não se joga dentro do Partido Socialista, não se joga na minha pessoa. Não se joga. E vou-lhe dizer mais, em relação a isso teríamos muito que contar e muito que falar, estaríamos aqui o resto da manhã, seguramente o resto da tarde. -----*

*A única coisa que me permite, até porque estamos em tempo de Natal, é, pura e simplesmente, pegar na sua emprenda, voltar a embrulhar-lha e voltar a devolve-lha em dobro daquilo que acabou de referir, Porque, de facto, dessa forma, para além de revelar muito pouca capacidade de encaixe, que vem sua uma tónica sua, senhor Presidente da Câmara, tem muita pouca capacidade de encaixe do que quer que seja. Considerava-o, muito sinceramente, muito mais democrático. Ouça, tenha calma, estamos em época natalícia, não vale a pena estar-mos aqui em qualquer tipo de desesperada, vamos com calma. Portanto, se quiser utilizar o mesmo tom, apenas de*

*reenvio a prenda dobrada, mas com um lacinho mesmo muito bonito. Quanto ao resto que disse, também lhe fica mal, dizer que nós não temos ideias, que nós não participamos, que nós não fazemos o que quer que seja. -----*

*Ainda bem que aproveitou, exatamente, nesta altura, para dizer que um dos destinos possíveis, poderá ser, exatamente, para a Junta de Freguesia de Lamego, independentemente, quem lá estiver. Porque, também, acho que é de boa tônica democrática, que a forma como nós gerimos a coisa pública, deve ser feita e tida em conta, independentemente, que esteja a ocupar, naquele momento, o respetivo cargo.- Aliás e apenas para rematar este mesmo assunto. Se alguém ou se há pessoa ou se a forma de estar em relação áquilo que é a gestão das instituições e o fazer bem ou fazer mal, o dar ou deixar de dar em relação às instituições da cidade, cabe-lhe, principalmente a si. Se há pessoa que tem pensado de forma sectária, é o senhor Presidente da Câmara. -----*

Retornou a intervir o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:-----

*“O Eng.º Pedro Torres foi àquele púlpito para tentar dizer alguma coisa que não conseguiu dizer, não disse, absolutamente nada, a não ser uma acusação que é de sectarismo da minha parte, que é absolutamente desmentida não apenas pela realidade, mas também por aqueles senhores que se sentam atrás dos eleitos do Partido Socialista.-----*

*O meu trabalho e relacionamento com a Junta de Freguesia da cidade, do Concelho e com as demais instituições fala por mim e fala por mim à vinte anos ou à dezanove anos e não há dois dias. E portanto, em relação a isso, eu estou absolutamente, tranquilo. -----*

*Relativamente às questões relacionadas com a Junta da cidade, com o facto, de ser ou não ser da minha cor e com o tratamento que lhe possa dar, nomeadamente na disponibilização de uma sede, isto é um assunto que eu tratarei, obviamente, com o senhor Presidente da Junta da cidade e com o seu executivo e não com o grupo municipal do Partido Socialista, porque não lhe merecem essa deferência. Peço desculpa.-----*

**Deliberação** A Assembleia Municipal tomou conhecimento: tendo estado presentes os membros:-----

Dos membros da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Paulo Henrique Almeida Loureiro, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira. Arcílio Jorge de Sousa Lamelas António do Carmo Ribeiro, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto,

Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Tânia Isabel Santos Esteves.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreiras Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier, Pedro Miguel Vila Real Torres, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho-----

Do membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Do membro do Grupo Municipal da CDU Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.--

Ausente: o membro Sérgio Pedro da Rua Capela., do grupo municipal da coligação "Somos Lamego"-----

### **3.2-ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMI POR UM PERÍODO ADICIONAL DE 2 ANOS PARA OS CASOS ELEGÍVEIS.**-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

*"O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário (VPT) dos prédios rústicos e urbanos, situados em território português e é devido pelo proprietário, usufrutuário ou superficiário do prédio a 31 de dezembro do ano a que respeita.*-----

*O artigo 46º, n.º 1 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) estabelece que ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis, nos termos do n.º 5, os prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153 300 euros, e que sejam efetivamente afetos a tal fim, no prazo de seis meses após a aquisição ou a conclusão da construção, da ampliação ou dos melhoramentos, salvo por motivo não imputável ao beneficiário, devendo o pedido de isenção ser apresentado pelos sujeitos passivos até ao termo dos 60 dias subsequentes àquele prazo, exceto nas situações constantes da alínea a) do n.º 6.-----*

*Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3, o período de isenção a conceder é de três anos, aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda 125 mil euros.*-----

*O n.º 8 do mesmo artigo estabelece ainda que os benefícios fiscais a que se refere este artigo cessam logo que deixem de verificar-se os pressupostos que os determinaram, devendo os proprietários, usufrutuários ou superficiários dar cumprimento ao disposto no n.º do artigo 13º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.*-----

*Com a publicação do pacote mais habitação (Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro), o n.º 5 do artigo 46º do EBF, estabelece que a isenção continua a ser atribuída por três anos e aos imóveis cujo valor patrimonial tributário não exceda 125 mil euros, mas passa a ser prorrogável por mais dois anos, mediante deliberação da Assembleia Municipal, que deve ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro, para vigorar no próximo ano.-----*

*Face do exposto, e estando preenchidos os requisitos legais, por força do estabelecido no n.º 5 do artigo 46º do EBF, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prorrogação da isenção de pagamento do IMI, por um período adicional de 2 anos, aos imóveis cujo valor patrimonial tributário não exceda 125 mil euros, nos termos do n.º 6 do artigo 45º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na sua atual redação, (Estatuto dos Benefícios Fiscais) em conjugação com o artigo 16º e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e alínea c) do n.º 1 do artigo 25º e do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----*

*“Interveio o **Presidente da Câmara** para explicar este assunto:-----*

*“Trata-se de uma proposta muito clara e fácil de perceber, a Lei prevê que possa haver uma isenção de IMI de três anos, eventualmente prorrogada por mais dois anos, por aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. É essa proposta de podermos conceder a isenção do IMI pelo máximo período previsto na Lei, que nós trazemos a esta Assembleia e que peço que se aprovada.-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e três membros Presentes.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, com trinta e três votos favoráveis: dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

Do membro do grupo municipal da **CDU** Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.-

Ausentes da votação neste ponto: os membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, os membros Paulo Henrique Almeida Loureiro, e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas; -----

Dos membros grupo municipal do Partido Socialista: Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho Manuel Varanda Pinto Rodrigues.-----

Do Independente Viriato Pina de Lemos.— -----

Ausente o membro Sérgio Pedro da Rua Capela, da coligação “Somos Lamego”

### **3.3. ASSUNTO: TAXA DE ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA (TAT) – 2025-----**

Presente à sessão da Assembleia Municipal reunião a proposta da Câmara com o seguinte teor:-----

*“A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), nos termos legais e regulamentares, divulgou a taxa de atualização tarifária (TAT), no âmbito da atualização tarifária regular para o transporte público coletivo de passageiros, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2025.-----*

*A TAT de 2025 é calculada tendo em conta a taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor, exceto habitação, nos 12 meses que decorrem entre outubro do 2023 e setembro de 2024, ou zero quando esta taxa for negativa.-----*

*A aplicação dos termos previstos na lei, com base nos dados publicitados pelo Instituto Nacional de Estatística, daria um resultado da TAT para 2025 de 2.02%.-----*

*Nos termos do artigo 3º e 7º da Portaria acima referida, compete ao Município de Lamego, enquanto Autoridade de Transportes Municipais, a fixação da taxa de atualização tarifária a vigorar nos serviços de transporte sob a jurisdição municipal e a verificação da conformidade das atualizações propostas pelos operadores.-----*

*Assim, compete à Assembleia Municipal fixar a referida taxa e comunicá-la à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, conforme determina a Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro.-----*

*Face ao exposto, proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere remeter à Assembleia Municipal a aprovação da fixação do valor de 2.02% para a taxa de atualização tarifária, no âmbito da atualização tarifária regular para o transporte público coletivo de passageiros, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2025.”-----*

Intervio o **Presidente da Câmara** para fazer o seguinte pedido:-----

*“Eu iria pedir para que este ponto fosse retirado, que por lapso meu não fiz junto do senhor Presidente, com antecedência, só agora o ver aqui uma nota revogada é me ocorreu. Efetivamente, nós já aprovamos a atualização tarifária que é proposta pela AMT, mas em reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro foi decidido não aplicarmos na atualização tarifária e manter as tarifas do ano anterior. Nesse sentido eu comprometi-me a revogar a deliberação tomada em reunião de Câmara e não fazer a atualização tarifária proposta, para acompanhar a posição deliberada pelos restantes municípios da Comunidade Intermunicipal. Nesse sentido irei pedir para a proposta ser*

*retirada para poder ser revogada em reunião de Câmara e deliberada, de novo, em conformidade com o que foi acordado por todos os municípios da CIM Douro”.-----*

**Deliberação:** Por proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal foi retirada da ordem de trabalhos.-----

**3.4-ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ 2.000.000,00 € - APOIO À TESOURARIA - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EXERCÍCIO 2025.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal reunião a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

*“O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49º a 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, enquanto os empréstimos de médio e longo prazo, podem ser contraídos para aplicação em investimentos, ou para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.-----*

*A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, inscreve no n.º 1 do artigo 50º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria.-----*

*Nos termos do artigo 50º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.-----*

*Atenta esta disposição, será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função - gestão de tesouraria - e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;-----*

*Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 49º, da mesma Lei, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o Município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.-----*

*Face ao exposto, propõe-se que Câmara Municipal delibere:-----*

*Solicitar autorização à Assembleia Municipal para contração de um empréstimo de curto prazo, durante o ano 2025, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, propondo-se o valor de 2.000 000,00 € (dois milhões de euros), devendo para tal, e de acordo com o n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ser consultadas, pelo*

menos, três instituições bancárias, acompanhando a demonstração da consulta, e a informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte explicação: “É habitual o Município recorrer à contratação de empréstimos de curto prazo, para responder a questões de tesouraria. No ano que se vai iniciar 2025, iremos avançar com um conjunto muito grande de investimentos que vão exigir a disponibilidade de tesouraria, de uma forma substancialmente mais elevada do que aquilo que era habitual.”-----

Se bem que alguns projetos, nomeadamente os projetos financiados pelo PRR relativos à habitação, estejam a conceber adiantamentos, efetivamente já recebemos um adiantamento para habitação a custos controlados do PRR, há outras medidas em que tal não acontece. Prevendo-se que o Município possa vir a ter ao longo do ano e em função do nível de execução desses projetos necessidades de tesouraria a que tenha que dar seguimento com o recurso ao empréstimo de curto prazo. Como digo, é um instrumento já habitual a que o Município recorre. Quanto ao montante ele é um montante máximo que foi estimado pelos serviços de finanças e património e é que só recorreremos se for necessário. -----

Nesse sentido proponho à aprovação deste empréstimo.-----

Usou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte:-----

“Em relação a este ponto específico, nós depois iremos falar e abordar, logicamente as questões relacionadas com o Orçamento, mas daquilo também é o próprio relatório e o próprio acompanhamento de contas, neste caso o relatório do Auditor, o próprio acompanhamento de contas que tem vindo a ser feito. -----

Mas em relação a este ponto, demonstra, este não é o único, e a tendência é coisa a ir-se agravando, demonstra, exatamente, a forma como o senhor Presidente da Câmara que, embora tenta aqui sempre colocar a tónica daquilo que vai mostrando e que vai fazendo, mas demonstra, claramente, o desgoverno a nível financeiro que este Município, como já teve antes, e factos são factos. Portanto não perdeu a mão de medidas em relação à utilização da mesma fórmula enquanto do desgoverno orçamental. E, portanto é apenas um reforço daquilo que tem vindo a ser feito, a incapacidade que esta Câmara tem de saber gerir a coisa pública de forma correta e dentro daquilo que é o seu próprio equilíbrio orçamental. Portanto este empréstimo não é nada mais, nada menos, do que empurrar a coisa para a frente, demonstra, claramente as dificuldades de tesouraria que o Município vai tendo, que vai apresentando. E portanto, chega-se aqui, pede-se para que seja aprovado dois milhões de euros, como se fosse a mesma coisa que ir buscar ovos ali a um supermercado. Não. Logicamente isto tem um custo, e tem um impacto pela população. -----

É mais uma vez um empréstimo. E foi aqui afirmado, embora de forma muito simplificada, é a dificuldade na tesouraria, não obstante daquilo que são as verbas que

vão entrando, não só, fruto dos Fundos Comunitários ou dos próprios impostos municipais. E portanto dizer o seguinte: Nós não vamos logicamente nunca inviabilizar aquilo que é o princípio de funcionamento financeiro, muito menos por em causa, aquilo que é o dia-a-dia das pessoas. E, portanto, essa tem sido a nossa tônica aqui nesta Assembleia Municipal, e portanto iremo-nos abster em relação a esse mesmo ponto. Sabendo nós que o caminho não é o correto, e que devia haver um pouco mais de cuidado, em relação a gestão dos dinheiros públicos.-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte intervenção:--

“É nosso entendimento que as Câmaras Municipais devem encontrar as mais diversas fontes de receita que permitam a gestão corrente e acompanhem o esforço para a respectiva execução orçamental, em simultâneo não nos opomos ainda aos mecanismos legais de financiamento das autarquias, ainda que preferencialmente de forma circunstancial. Pelo que mais do que promover um voto contra, preferimos sensibilizar-nos perante o argumento técnico, e não político, que refere os ditos constrangimentos de tesouraria, porém sem deixar de questionar o senhor presidente da câmara as razões concretas desses mesmos constrangimentos”-----

Interveio o senhor **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção:-----

“Disse que o membro Pedro Torres demonstra o desgoverno financeiro do Município de Lamego, é esse o argumento, um dos argumento que usou aqui, que o leva abster para o empréstimo de curto prazo de dois milhões de euros. -----

Primeiro quero lembrar que isto, também usou estes instrumentos, durante, pelo menos três anos. Que eu saiba não havia investimentos, não havia projetos, não havia nada, provavelmente estes, sim eram para dificuldades de tesouraria. Aqui neste caso, é para investimento, é para despesa de capital. Isto para a tesouraria dá conforto, o membro Pedro Torres devia sabe isto mesmo, as empresas fazem-no na mesma. Sé para salientar digo o seguinte. Vamos ter este documento daqui a um bocadinho, que é o mapa de previsão de verbas a receber de candidaturas já concluídas pelo Município. E tenho aqui três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil euros.

Quer dizer que, o desgoverno não é assim tão grande. O Município está a aguardar pagamentos de três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil euros, não há desgoverno, há aqui sim, investimento, isto é indiscutível, os lamecenses sabem disso, sabem muito bem.-----

O que está no mapa é capital que a Câmara vai ter disponível se ela entender e quando entender, para não criar constrangimentos de tesouraria. Como o membro Pedro Torres Sabe, em projetos que temos da União Europeia, por isso há possível necessidade de adiantar capital. O que aqui vai haver é para coisas em concreto, é investimento no Concelho. Não é retórica, nem é dificuldades de tesouraria. Aliás também podemos ver por potros documentos à frente. A realidade é esta não é outra. Impacto na população deste empréstimo, qual será? A população vai ter no futuro instalações disponíveis na saúde, no ensino, que é as nossas escolas e noutras áreas,

*que vão ter esse impacto positivo. Esta é a realidade. Porque isto não vai ter impacto nenhum, vai em termos financeiros para o Município e no bem-estar na população. Disponibilidade de serviço com melhor qualidade, é este o impacto que vai ter.* -----

*Por tal razão a coligação “Somos Lamego” com toda a vontade. Este empréstimo é também para as Juntas de Freguesia, é para esse apoio às Juntas de Freguesias, para as populações. Esta verba é um auxílio, é um conforto que dá Às tesourarias, sejam elas municipais, sejam elas das empresas.* -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder às afirmações feitas:-----

*“Queria só dizer que os senhores membros municipais sabem, que os senhores Presidentes de Junta sabem, os lamecenses também sabem, em que obras de grande dimensão, com um custo financeiro muito elevado, não se fazem se não tivermos Fundos Comunitários, se não tivermos otimização de receitas próprias. E se, quando necessário, não correremos o risco, de recorrer ao financiamento bancário. Esta é uma inevitabilidade, de fazermos investimentos que estarão ao serviço dos lamecenses durante muitas décadas.* -----

*E por isso eu fico satisfeito, por de uma forma ou de outra, este empréstimo de curto prazo, para despesas de tesouraria ser viabilizado por esta Assembleia.* -----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e um membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor: dos membros grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista, Teresa Maria Cardoso Fernandes, Adelino Gomes de Magalhães, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

Com oito abstenções dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo.-----

Do membro do Grupo Municipal da CDU Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela--

Ausentes neste ponto os membros: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo do grupo municipal do Partido Socialista, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro da Coligação “Somos Lamego” e do Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Ausente: Sérgio Pedro Rua Capela, da Coligação, “Somos Lamego”-----

### **3.5. ASSUNTO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL EM 30 DE JUNHO DE 2024 – INFORMAÇÃO**-----

A Câmara Municipal deu conhecimento à Assembleia Municipal do conteúdo do relatório de acompanhamento das contas do Município de Lamego, referente ao primeiro semestre de 2024.-----

**O Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e três membros presentes na sala.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para fazer a seguinte intervenção:-----

*“O Relatório relativo ao primeiro semestre é claro, relativamente à avaliação que o nosso Revisor de Contas faz da situação económico-financeira do Município. O Ativo teve um aumento de oitocentos e sessenta e um mil euros, o património teve um aumento de trezentos sessenta e cinco mil euros. Autonomia financeira e sua viabilidade são respetivamente 72,89% e 268,8%, o que indica e cito uma situação financeira estável e consolidada do Município. Estas são as contas que temos para e relativas ao primeiro semestre e que estão para apreciação da Assembleia.-----*

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para afirmar o seguinte:-----

*“Bom, senhor Presidente da Câmara eu se não tivesse lido o relatório até acreditava que eram todos pontos positivos, esqueceu-se daquilo que é a análise económica/financeira as conclusões apresentadas por aquilo que o Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, a que indica neste documento e que não podem ser descoradas. Há pontos positivos, mas é preciso ver aquelas que são as nuances e as indicações, os alertas apresentados por esse revisor. -----*

*Vou dar aqui dois itens essenciais: no primeiro semestre de 2024 deste ano, a evolução financeira do nosso Município evidenciou uma tendência desfavorável, palavras e análises oficiais do nosso Revisor Oficial de Contas.-----*

*Além disso, aquilo que pode ser a justificação que é apresentada também pelo nosso Revisor Oficial de Contas, para esta tendência, é, de facto, que os gastos foram, evidentemente maiores do que aquilo que são os rendimentos do nosso Município. O que vem contradizer tudo aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse até agora. Ou seja não uma gestão eficiente desta Câmara Municipal, inclusivamente que leva àquilo que foi o ponto anterior. Ser necessário essa questão dos dois milhões de euros.-----*

*Além disso, agora uma questão mais técnica, mas também é importante, porque o senhor Presidente da Câmara também anunciou aqui alguns pormenores técnicos,*

que é a questão do cash flow, estamos a falar naquilo que são os resultados as depreciações, as amortizações, em que apresentam aqui um valor de mais de dois milhões de euros, uma vez mais, uma gestão que não é eficiente. -----

Por isso, além daquilo que é positivo apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, não se pode também camuflar aquilo que também uma vertente negativa. Por isso nós temos que ser sérios, e falar neste relatório de uma forma geral e abrangente. Falar nos pontos negativos e falar naquilo que também é positivo. -----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz** para referir a seguinte afirmação:-----

“Senhor membro Romeu Sequeira, é uma verdade que faz esse comentário, essa análise, mas repare bem, é preciso ver aonde é que está essa análise de desgaste e porque razão são esses desgastes. Claro que esses desgastes são derivados a investimentos. -----

De qual forma, aquilo que o senhor Presidente disse, o ativo aumentou, tudo isso aumentou, registou um aumento de rendimento, tudo isto é salientado pelo Revisor Oficial de Contas, onde há aqui pequenas verbas para recuperar, não são assim significativas. Mas não se esqueça senhor membro, que este Município fez gastos, onde o partido Socialista não gastou um cêntimo. Porque para haver obras, tem que haver projetos e o partido Socialista que projetos deixaram ficar e fizeram, nada, zero, bola. Não se esqueça que os projetos custam dinheiro. O partido Socialista não deixou, sequer, um projeto, claro que isto é um gasto. Não é um gasto de consumo de tudo aquilo que nós afirmamos da gestão da Câmara. -----

Portanto há que salientar que o Município não está, Não está à deriva, antes pelo contrário. Os dois milhões é despesa de capital, embora sejam gastos, é despesa de capital. Veja quanto é que não custa senhor membro Romeu Sequeira os projetos, os projetos não gratuitos. Dai que a análise do nosso Revisor Oficial de Contas é positiva, não há aqui uma críticas sequer, à gestão da Câmara. Antes pelo contrário, salienta a gestão da Câmara e estamos a falar senhor membro Romeu Sequeira há meio ano.---

Portanto, tudo isto, que eu quero dizer é o seguinte: A Câmara e esta Câmara continua no bom caminho. Fazer projetos, fazer obra, candidatar obra. Candidatar obra, aquilo que foi esquecido durante quatro anos. O membro Romeu Sequeira não se esqueça que as grandes obras estruturais feitas no nosso Concelho, foram, sempre feitas pelas Câmaras do PSD e da Coligação “Somos Lamego”.-----

O Partido Socialista nunca fez uma obra estrutural, seja ela no ensino, seja no saneamento, nas escolas. Nunca teve habitação social, fizeram até hoje “zero”. Continuamos no bom caminho e é assim que tem que continuar. Vamos continuar a trabalhar para o bem-estar da população de Lamego. É este o nosso objetivo e vai ser este o nosso foco”.-----

Usou da palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

“No seu relatório de acompanhamento, a sociedade de revisores oficiais de contas responsável pelo acompanhamento das contas da CML, refere ter encontrado no

exercício que medeia entre 31.12.2023 e 30.06.2024 diversas "deficiências/insuficiências", nomeadamente:-----

- No processo de inventariação e mensuração dos bens de domínio público;-----
- No controlo físico dos activos-----
- No procedimento de relevação da despesa.-----

Estas são falhas, em nossa opinião, que reputamos de muito graves, pouco admissíveis num órgão público onde os actos, todos os actos, têm que obrigatoriamente de ser transparentes, não passíveis de deixar dúvidas aos eleitos e, sobretudo, aos cidadãos munícipes. -----

Duma forma geral, o relatório semestral em causa, nos resultados apresentados, enferma de facto de, também segundo os próprios revisores de contas, "não terem sido disponibilizadas todas as reconciliações bancárias e extractos bancários", e de, no que respeita aos impostos e taxas, se "verificar a existência de valores que carecem de análise e caso necessário ajustamento". -----

Também a conclusão que os revisores apresentam em síntese é, no mínimo, desmoralizadora, por constatar que o grau de execução orçamental durante este período se ficou em apenas 31,19%, ou seja: a menos de 1/3 das realizações propostas. Apesar de, ou a agravar, o facto de para, tão parca realização, ainda assim "os gastos terem tido uma variação superior aos rendimentos"-----

Não serão necessárias muito mais palavras para demonstrar a fragilidade desta gestão, e isso em muito nos preocupa e essas preocupações não as poderíamos deixar de elencar aqui essas mesmas preocupações.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas;-----

"Relativamente à questão colocada pelo membro Romeu Sequeira e que salientou aqui os pontos positivos, mas deixou uma nota para as nuances alerta dom Revisor Oficial de Contas, nomeadamente em relação à tendência desfavorável da evolução de receitas e gastos. Efetivamente a receita subiu no período 15,54% e a despesa subiu 18,23%. É óbvio que este aumento da despesa, tem que ver, com o facto de termos tido necessidade de recorrer à realização de muitas intervenções que não tinham financiamento comunitário, portanto se traduziram num aumento de despesa com receitas próprias do Município. Nomeadamente todas as obras que foram feitas no terreno, quer na pavimentação de estradas, na construção de muro e outras. Os protocolos com as Juntas de Freguesia, os projetos que o membro Constantino Vaz referiu, que são um custo transitório. Posto que quando as obras forem executadas, com fundos comunitários, os custos do projeto, da respetiva revisão do projeto será reembolsado pelo Município, mas que neste momento se traduzem num custo sem contrapartida comunitária, e que, portanto, agrava a despesa do Município. -----

Não compreendi a referência que o membro Romeu Sequeira faz a um cash flow elevado, posto que essa é uma situação favorável, não desfavorável, ao contrário do

que refere. Em fim proponha-lhe que avaliasse um pouco os seus conhecimentos desta matéria, para fazer um comentário mais adequado e deixar aqui uma referência positiva a essa facto e não negativa.-----

Em relação às questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann, são questões já, sobejamente conhecidas e que se arrastam, efetivamente há décadas, que tem a ver com a deficiência com a inventariação e valorização dos bens do domínio público, estamos a fazer um esforço intenso nesse sentido, quer com o reforço de meios humanos e materiais que foram postos à disposição da Divisão de Finanças e Património, nomeadamente com um técnico com qualificação em sistemas de Informação Geográfica, que está a fazer o levantamento e a contratação de uma empresa especializada que vai fazer a avaliação dos imóveis, dos bens do domínio público. Estamos a falar de estradas, sinalética, redes de água e saneamento, de todo o tipo de infraestruturas, muitas delas enterradas, desconhecidas, que não estão, devidamente avaliadas.-----

Quanto às restantes questões, nomeadamente conciliações bancárias, tem a ver com a informação que os bancos prestam directamente ao Revisor e não questões que sejam disponibilizadas pelos serviços.-----

Em relação à execução orçamental, efetivamente a execução orçamental é baixa, vai aumentar, mas vai aumentar de uma forma, em fim, mais lenta, do aquilo que seria o nosso desejo, em parte, porque temos tido muitos percalços com os concursos que temos lançado, nomeadamente com concursos desertos, falta de interesse dos empreiteiros na realização de obras, muitas obras públicas a serem lançadas, por força do fundos comunitários do PRR e do Portugal 20/30 e o país tem a capacidade técnica instalada, tem poucos empresas, pouca mão de obra, poucos meios técnicos para responder a tantas obras, e sobretudo, esses meios não estão localizados no interior do país, e no nosso território. Isso tem sido uma dificuldade, mas a execução orçamental, obviamente, que vai crescer em 2025.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar a seguinte nota:-----

“Nós, neste momento, já estamos no ponto 3.5, teve um andamento mais ambicioso com que todos esperariam, portanto, parece-me que poderíamos concluir a Assembleia Municipal ainda na parte da manhã, fazendo uma pausa, agora, de cinco minutos e depois retomamos até às 14h00 e acabamos às 14h00. Se não quiserem, paramos às 13h00 e continuamos depois de almoço”-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento com a presença dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho Germano Correia Ribeiro,

Wilson Miguel Lima Teixeira António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregário, António Manuel dos Santos Rodrigues, Tânia Isabel Santos Esteves.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier-----

Ausentes neste ponto: Os membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Pedro Miguel Vila Real Torres, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo;-----

Os membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”-----

Do membro do grupo municipal da **CDU**, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.- Ausente: Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da Coligação “Somos Lamego”-----

### **3.6-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025**-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, do seguinte teor:-----

*“Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, proponho a aprovação do presente Mapa de Pessoal para 2025 e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação.”-----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar esta proposta: ---

*“O Mapa de Pessoal que propomos para o ano de 2025, reflete aquilo que é a evolução da atividade desenvolvida pelo Município, nas diversas áreas de intervenção. O Município tem competências acrescidas em áreas novas que foram transferidas pelo Estado, nomeadamente na área da Educação, com um peso muitíssimos grande, cerca de 50% dos recursos humanos que estão ao serviço do Município. Na área da ação social, uma área inteiramente nova que teve já um reforço muito significativo de meios. Na área da Saúde, ainda sem grande impacto, porque recorremos a prestação*

de serviços para a generalidade das funções que nos tão cometidas, nomeadamente vigilâncias, serviços de limpeza.-----

Mas também, noutras áreas que já estão tradicionalmente a cargo do Município, mas precisam, sempre, de ser renovadas e ajustadas às novas exigências. Temos por isso um Quadro de Pessoal que propõe a criação de novas vagas, novos lugares que não estavam previstos, no Mapa de Pessoal do ano anterior. Mas também essa é a maioria das situações, a previsão de preenchimento de vagas já existentes, que estão providas em termos provisórios, por exemplo as Chefias de Divisão ou os Coordenadores Técnicos que estão nos Centros Escolares, no Parque Biológico e também nos serviços da DDSSU - Divisão de Sustentabilidade dos Serviços Urbanos. As situações de mobilidade, temos muitas situações de mobilidade intercarreiras, funcionários que ocupam funções de assistentes operacionais e de assistentes técnicos e que estão providos na categoria de técnicos superiores. Sendo necessário criar as vagas para fazer essa regularização. E temos uma necessidade muito grande de fazer o reforço das vagas de assistente operacional nas escolas, para fazer face àquilo que vai ser uma rotação muito elevada de funcionários nos próximos dois anos, decorrente de cerca de quarenta e cinco reformas antecipadas, reformas que vão ocorrer. -----

E portanto, nesse sentido estamos a propor a criação de postos de trabalho novos a prever, a criação de vagas para postos de trabalho que já estão preenchidos provisoriamente, e também a criação de postos de trabalho que irão permitir a recrutamento e a criação de vagas para suprir reformas que irão ocorrer nos próximos dois anos. -----

Isto para explicar que os cento e cinquenta um postos de trabalho a prover no ano de 2025, não são vagas novas, são vagas que respondem ma todas estas situações que eu referi e que são, absolutamente, necessárias para o funcionamento dos serviços do Município.-----

Neste sentido, ficando ao vosso inteiro dispor para qualquer esclarecimento, peço que o Quadro de Pessoal do Município para 2025 seja aprovado por esta Assembleia”.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Em relação a este ponto de forma muito rápida e sintética, dizer apenas o seguinte: é a escolha do atual executivo este Mapa de Pessoal, dentro daquilo que tem sido a nossa postura ao longo destes últimos anos, o grupo municipal do Partido Socialista, logicamente não se coloca numa posição de inviabilização, portanto, iremos, mesmo pensando de forma diferente, tendo uma lógica de nível de organização diferente, mediante aquilo que nós temos vindo a afirmar ao longo dos anos, não obstante isso, a nossa postura será de viabilização, abstendo-nos neste ponto de ordem”.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Sobre este ponto é importante repetir algo que temos vindo ao longo deste mandato a referir, que é sublinhar a necessidade de reforço de quadros e contratação de

*trabalhadores no município de Lamego, muitos anos condicionada pelos constrangimentos financeiros do município ou pelas infundamentadas exigências do período da TROIKA em Portugal. Ressalvando ainda a imperiosa questão de ver resolvidos os problemas de precariedade de muito destes trabalhadores. Lembramos também que uma resposta adequada dos serviços públicos, necessita por um lado de trabalhadores suficientes para o efeito, e por outro sublinhar que a administração pública trata-se de um pilar de funcionamento de um estado de direito democrático.----*

*Parece-nos que este documento caminha timidamente nessa direção, mas que não dá a necessária resposta, sobretudo no âmbito da carência de assistentes operacionais, que sendo escassos não conseguem dar resposta às necessidades do município, e por arrasto, à das próprias freguesias rurais que não têm capacidade própria para grande parte das intervenções exigidas. Recordamos, sem grande necessidade, que temos uma classe operacional envelhecida e em números muito escassos para o que é obrigação e competência do município, e que em boa verdade, o crescimento é em parte virtual e que resulta de um processo de transferência de competências, que muitos dos que podem ser contra este mapa de pessoal votaram a favor, seria caso para dizer: “nós bem avisámos”. -----*

*Sobra dizer que noutro contexto, é importante que neste mapa de pessoal se veja transposta a resolução dos problemas de precariedade laboral a que muito, e indevidamente, a CML recorre para suprir necessidades de serviço, mesmo que o contrário seja pública e convenientemente afirmado. O uso e abuso de contractos precários, com fins diversos, não são justos nem do ponto de vista laboral nem do ponto de vista moral, e não devemos esquecer, na apreciação global destas questões, que com ou sem instrumentalização política e eleitoral dos postos laborais, trabalhar não é um favor, nem o trabalhador fica em dívida perante a entidade patronal, pelo que afirmamos que este mapa de pessoal, quando muito, peca por escasso para as necessidades do município e não garante a devida operacionalização dos equipamentos, dos serviços e tão-pouco se propõe a resolver os vários casos de precariedade identificados, pelo que vamos tomar a abstenção como voto ponderado”.*

*Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao membro Alexandre Hoffmann.-----*

*“Apenas saudar o facto de nenhuma das bancadas da oposição obstaculizar a aprovação desde Mapa de Pessoal, mas refutar aqui as palavras proferidas pelo membro Alexandre Hoffmann. O Município de Lamego nunca teve restrições de recrutamento, a não ser quando elas foram gerais na função pública, por qualquer razão que fosse, nomeadamente, por questões financeiras. O Plano de Saneamento Financeiro, que oportunamente, aprovamos sempre permitiu o recrutamento de pessoal.-----*

*O que se passa, é que, efetivamente, temos um modelo de recrutamento da função pública que é, extremamente, burocratizado e excessivo em muitos aspetos.*

Nomeadamente, em relação àquilo que se verificava no passado, não faz para nós sentido que, funcionários que são recrutados a termo certo, concurso público, ao fim de três anos ou seis anos como aconteceu no passado, não possam integrar o quadro de pessoal, sem qualquer outro tipo de procedimento. Seria uma situação de simplificação, que iria ajudar a situações ou parte de situações precárias que refere, pudesse ser, devidamente corrigidas. -----

Da mesma forma, também as situações de mobilidade entre serviços, deviam ser mais simplificadas.-----

O Recurso à bolsa de emprego público, recurso por procedimentos de seleção, que mais parecem de modelos de contratação, são, efetivamente, muito complicados e o que temos verificado que não são aplicados de forma igual, por todas as entidades da Administração Pública. No Município de Lamego temos seguido um procedimento formal que nos parece que respeita a Lei, mas que se torna muito complicado e isso não serve nem os interesses do Município nem os interesses dos funcionários do Município, que queriam trabalhar noutras entidades ou de muitos lamecenses que trabalham um pouco por todo o país, e que gostariam de vir para Lamego e vir reforçar os quadros da Câmara Municipal.-----

Por fim, em relação às situações precárias, elas terão que ser resolvidas, mas obviamente, elas não podem ser resolvidas para cada um dos trabalhadores que estão com contrato eventual no Município. Um procedimento que se abre é de um concurso publico e esse concurso público tem que ser, obviamente, tramitado e decidido nos termos da Lei e do procedimento que for lançado.-----

Em todo caso concordamos que o procedimento de recrutamento da Administração Pública, sem prejuízo do controlo, terá que ter a garantia dos critérios de equidade, devia ser simplificado, para poder ser mais célere e responder de uma forma imediata às necessidades que são identificadas. A verdade é que, quando os procedimentos estão concluídos, já se acumularam situações de anos de precaridade para alguns colaboradores que são recrutados ou através de contratos os Centro de Emprego ou, pontualmente, por situações por avença ou prestação de serviços para atividades mais pontuais. -----

Em todo o caso quero garantir que estamos a trabalhar para que o Município tenha ao seu serviço o numero de funcionários em todas as categorias que respondam às necessidades do cumprimento das nossas obrigações perante os lamecenses em todas as áreas em que o Município está envolvido e que são quase todas aquelas que no dia-a-dia, impactam na vida dos cidadãos.-----

O senhor Presidente informou que estavam trinta e seis membros na sala.-----

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com vinte e seis votos favoráveis nos termos propostos, dos membros grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes; António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus

Carvalho, Josefa Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregário, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E dez abstenções dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Rebelo.-----

Do membro do grupo municipal da CDU Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.- Ausentes neste ponto: os membros Paulo Henrique Almeida Loureiro, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego” e do Independente Viriato Pina de Lemos.-

Ausente: Sérgio Pedro Rua Capela, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”

### **3.7-ASSUNTO:** GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO 2025-2029-----

Presente à reunião a proposta da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“Considerando que:-----

1. *Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025-2029;*-----
2. *O valor total do orçamento proposto é de 72,12 milhões de euros, repartido pela receita corrente no montante de 32.000.000,00€ e de capital 40.120.000,00€;*-----
3. *O orçamento municipal da despesa, compreende a inscrição de despesas resultantes das GOP ´S (Plano de atividades: 19.003.227,00€ e Plano plurianual de Investimento: 42.285.000,00€) e os encargos com pessoal e despesas com Assembleia Municipal sem inscrição em plano (10.831.773,00€), totalizando uma despesa corrente no montante de 29.850.000,00€ e de capital 42.270.000.00€;*-----
4. *Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.*-----

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara delibere:-----

1 - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei aprove o Orçamento para 2025-2029, enquadrado nas Opções do Plano para o quinquénio 2025-2029;-----

2 - Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano;-----

c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para fazer a afirmar o seguinte sobre este assunto:-----

“O documento que apresentamos para ser apreciado e votado nesta Assembleia, efetivamente, é um documento com metas muito ambiciosas. A execução de um orçamento de setenta e dois milhões de euros. Em que mais de quarenta milhões de euros correspondem a despesas de capital, despesas de investimento à realização de projetos e de empreitadas que são financiados por fundos comunitários no âmbito do PRR e Portugal 20/30, são o principal elemento que motiva este orçamento tão elevado que apresentados a esta Assembleia. -----

Há, efetivamente também um aumento da despesa, que decorre da transferência de competências da Administração do Estado que já aqui referimos e que envolvem o mínimo de quatro milhões e quatrocentos mil euros. Também a atualização de direitos sociais e laborais, que tem levado ao crescimento da despesa com o pessoal. E também, assumimos aqui um conjunto de projetos de iniciativas que não têm fundos comunitários, que são despesa corrente, mas que são indispensáveis para que a comunidade funcione, para que o Município e os seus principais parceiros: clubes, colectividades, associações, as próprias empresas privadas tenham ao seu dispor os recursos as condições necessárias para desenvolver atividades que são de interesse municipal.-----

No capítulo de investimento, também temos que contar que, nem todas as despesas serão financiadas por fundos comunitários. Temos um conjunto de despesas já aqui referidas, nomeadamente a repavimentação de estradas, protocolos com a Juntas de Freguesia, a execução de pequenas obras, um pouco por todo o Concelho, que não serão financiadas por Fundos Comunitários, mas que são imperativas e que têm que ser executadas. E temos também, um deficit orçamental, eu diria assim, que decorre do facto, de os custos padrão que foram definidos para algumas áreas de

*investimento, serem inferiores aos custos de mercado que hoje se estão a verificar. Esperamos que esta situação possa ser resolvida no âmbito da gestão quer do PRR quer do Portugal 20/30, mas é uma situação que também iremos assumir, ou seja que alguns projetos vão custar mais do que os Fundos Comunitários que nos foram afetos.*-----

*Finalmente referir em termos de estratégia, em termos de prioridades, aquilo que está subjacente a este orçamento, plano plurianual de investimentos. Investimentos na área da Educação, investimentos na área da Habitação, investimentos na área da Saúde, investimentos na área da Cultura, investimentos na área da Segurança, todos estes aspetos são fundamentais para que a qualidade de vida dos lamecenses, hoje, mas sobretudo, dos lamecenses que no futuro irão beneficiar destes equipamentos, e destes serviços, que irão ser ou construídos ou, reinstalados ou melhorados com este plano de atividades plurianual de investimentos vai resultar.*-----

*Quero por isso apelar à Assembleia para que, estes instrumentos de gestão financeira e de atividades locais do Município sejam aprovados.”*-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para responder ao senhor Presidente da Câmara:-----

*“Hoje debatemo-nos sobre as Grandes Opções do Plano e Ornamental Municipal para 2025, um momento que exige de todos nós, membros municipais uma análise séria e rigorosa, sobre o rumo que está a ser dado ao nosso Concelho.*-----

*E é com maior sentido de responsabilidade que me dirijo em nome do grupo municipal do Partido Socialista a esta Assembleia para reiterar a posição do Partido Socialista relativamente ao Orçamento Municipal 2025.*-----

*E desde já eu gostaria de aproveitar este primeiro momento, para clarificar aqui algumas questões que foram levantadas pelo senhor Presidente da Câmara ontem na sua entrevista Rádio Observador. E nesta referida entrevista, o senhor Presidente da Câmara procurou e já o fez aqui hoje e sinceramente, acha que não é por aí que se faz o debate político, em desvalorizar aquilo que são as áreas do Partido Socialista considerou prioritárias para Lamego. Falo na habitação, na saúde, na educação, na segurança e na cultura. Falou nestas áreas que o Presidente da Câmara evidenciou como não sendo relevantes para o Partido Socialista.*-----

*E permitam-me repor a verdade. Estas áreas são como, é óbvio, que acho fundamentais da nossa estratégia para o desenvolvimento do Concelho, não só a nível social, da educação, da saúde, mas também aquilo que deve ser o pilar económico e que foram marcantes também durante a gestão socialista. O senhor Presidente devia-se focar mais no seu mandato e não estar a fazer uma retrospectiva do histórico, ainda para mais, uma retrospectiva que não é bem-feita. Se não vejamos para habitação, que trouxe respostas concretas aos problemas habitacionais, uma iniciativas do partido Socialistas, o Centro de Vacinação conta a Covid-19, que numa situação de emergência com o Covid-19 se verificou tão eficiente na resposta, em sintonia com a*

*Direção Regional de Saúde, uma iniciativa do partido Socialista, o projeto educativo lamego educa, que reforçou a aposta no sucesso escolar e na requalificação das gerações futuras, uma iniciativa do partido Socialista, o centro de coordenação operacional municipal, o essencial para a segurança de todo o nosso território., uma iniciativa do partido Socialista. Até ao nível cultural, as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios reconhecidas como uma das sete maravilhas da cultura popular, uma iniciativa do partido Socialista. -----*

*E estes são apenas alguns exemplos desenvolvidos pelo partido Socialista em prol de Lamego e das suas populações, quando esteve à frente do nosso Município. Mas, contudo não ficamos por aqui, para o partido Socialista existem outras áreas como a económica e a social quem são igualmente prioritárias. -----*

*E na questão social deixe-me dizer senhor Presidente da Câmara que a gestão atual deste executivo, tem sido desastrosa. Um exemplo claro, é o RADAR Social, um projeto importante, que deveria estar ao serviço de todos os lamecenses mais vulneráveis, mas cuja execução tem sido marcada por trapalhadas, ineficiência, em fim, várias situações que não lembra a ninguém. Aliás na própria Assembleia Municipal, na última sessão, tive a oportunidade de reforçar isso e de alertar este Município, para que houve, realmente, uma resolução séria e estruturada para este problema.-----*

*Importa também referir, que pela primeira vez, em muitos anos, e fico bastante triste por isso, o partido Socialista não foi formalmente convidado nem auscultado para a elaboração do orçamento municipal. Este facto é grave e demonstra um profundo desrespeito pelas forças representativas nos órgãos autárquicos. E, consequentemente pelas pessoas que nelas confiaram a sua representação. É isso chama-se democracia. O direito de oposição é mais de que um princípio democrático, trata-se de uma garantia constitucional, que tem a ver com os direitos e poderes das minorias não respeitadas. Funcionando assim como um contrapeso essencial ao poder da maioria. É no mínimo irónico, senhor Presidente da Câmara, que na sua entrevista de ontem, na Rádio afirma que estas não são as prioridades do partido Socialista, quando nem sequer teve a iniciativa de o ouvir, formalmente.-----*

*Mas o mais grave, além do desrespeito pelo partido Socialista, esta própria Assembleia Municipal também é desrespeitada, porque nós fomos prendados com a revista municipal e aqui já vem mencionado, até vou mostrar para a Câmara “é aprovado orçamento de setenta e dois milhões de euros para 2025.-----*

*Bom o que é que estamos a fazer neste momento, na Assembleia Municipal, senhor Presidente, é aqui neste órgão que se aprovam o orçamento. É inaceitável que nesta revista para os lamecenses, já vem em algo que tem que ser aprovado por todos nós. Por isso, não compreendo o desnorte, porque além das forças políticas serem desrespeitadas, nós próprios também somos desrespeitados nesta Assembleia Municipal. -----*

*Mas relativamente a este orçamento municipal, que hoje analisamos, reflete aqui um caminho muito preocupante, este é um orçamento desequilibrado, destruturado, e profundamente marcado por intenções eleitoralistas. Desde logo o montante de mais de setenta milhões de euros, é apresentado com grande enfase, esconde fragilidades estruturais, que comprometem a sua própria concretização. A realidade demonstra-nos que este executivo tem vindo a revelar uma incapacidade de execução orçamental, como já foi dito nos pontos anteriores. Com uma taxa inferior a 50% no ano em curso. Se já existe uma incapacidade neste ano, nesta percentagem, não vale a pena estar a camuflar o futuro para o próximo ano. Vai ser o que, mais de 80% de incapacidade? É esta a previsão? É que por este andar é por aí que vamos. Este facto, coloca, de facto em causa a seriedade do planeamento aqui apresentado. Deveria ser um documento sério, para ser refletido com todos nós, com todas as forças políticas, com todos os membros municipais.-----*

*E que levanta aqui dúvidas, que são, digamos legítimas, sobre a credibilidade desses compromissos assumidos para 2025. Além disso a abordagem deste orçamento demonstra uma preocupante falta de visão integrada para o desenvolvimento de todo o nosso Concelho. Faltam prioridades claras, faltam objetivos concretos, e acima de tudo, falta uma estratégia para o nosso Município, a médio e longo prazo. Em vez de servir as reais necessidades do território, porque é isso que preocupa o partido Socialista, este documento reflete uma sucessão de medidas avulsas sem qualquer ligação estruturante, não é isso que nós pretendemos para o futuro do nosso Concelho. Nós precisamos de uma estratégia coesa, que faça realmente desenvolver economicamente o nosso Município. -----*

*E além disso. É preocupante que as opções tomadas revelem uma aposta desproporcional, em despesas correntes, especialmente na área dos recursos humanos. Este aumento das despesas operacionais, não só limita, aquilo que é a capacidade de investimento a médio e longo prazo, como também cria aqui um cenário de risco para a sustentabilidade das finanças municipais. -----*

*Outro aspecto que merece também uma reflexão cuidada é a dependência excessiva de fundos comunitários e financiamentos externos. Embora seja legítimo procurar apoio externo, ele é importante, como é obvio, é ausência de alternativas locais comprometem assim a viabilidade de alguns investimentos a longo prazo. E este é mais um sinal de uma gestão que privilegia o imediato e ignora aquilo que são as exigências de um planeamento responsável, mas também sustentado. -----*

*Permitam-me ainda destacar os investimentos mencionados neste orçamento. É a requalificação do Jardim da República. Este jardim e permitam-me fazer uma referencia mais romântica, porque este é o último jardim romântico da nossa cidade. É mais de que um espaço físico, é um património vivo carregado de significado histórico e efetivo para todos os lamecenses. Quem é de Lamego sabe aquilo que eu estou a dizer, e face às especulações que têm surgido em torno deste projeto, é fundamental*

que todos os lamecenses percebam que, de facto, a Camara pretende fazer neste espaço. É necessário esclarecer esta Assembleia, porque nós não conhecemos o projeto, mas é importante que as pessoas conheçam realmente o que é que se pretende para o futuro deste espaço tão emblemático. Consideramos que a preservação da identidade do Jardim da República, deve ser, de facto uma prioridade. E qualquer intervenção de desrespeitar o seu valor patrimonial e histórico, é incorreto. Os lamecenses merecem assim respostas claras, para não ficarem na incerteza, daquilo que será o seu futuro.-----

E finalmente, importa destacar aqui aquilo que é o peso excessivo que este orçamento dá à propaganda eleitoral. Muitos dos investimentos aqui apresentados, incluindo aqueles que envolvem valores que são significativos, e que foram aumentados em comparação com anos anteriores, este é um pormenor extremamente importante. Porque há aqui um copy paste de alguns investimentos que já vêm de anos transactos, que agora, com uma empoleação tremenda. Isto são investimentos, claramente, orientados para criarem impactos a curto prazo, numa tentativa de conquistar apoios num ano de eleições autárquicas. Este não é o tipo de política que queremos para Lamego nem para os lamecenses. Senhor Presidente da Câmara este orçamento representa tudo aquilo que o partido Socialista combate. Uma visão limitada, uma gestão desordenada, e uma completa ausência de compromisso com o futuro do Concelho, com a estratégia, estratégia, estratégia. O partido Socialista irá continuar a defender os interesses dos lamecenses, promovendo políticas que respeitem o erário público, que respeitem todas as forças políticas, que respeitem todos aqueles que foram eleitos para representar Lamego e os lamecenses, independentemente das suas ideologias.-----

Só através de uma coesão política é possível chegar a bom porto. E por isso, é importante realmente políticas que valorizem o património e que projectem Lamego para o futuro. Este é o compromisso do partido Socialista”.-----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, um cumprimento também a todos os cidadãos que nos acompanham através das redes sociais.-----

“Hoje, temos, também, para apreciação e votação da proposta de orçamento municipal para o ano de 2025, no montante de setenta e dois milhões e doze mil euros. Este valor reflete não apenas a dimensão dos desafios que enfrentamos, mas também a ambição e o compromisso deste executivo em responder às necessidades da população e promover o desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho.-----

E quais são os pilares que sustentam esta proposta?-----

O aumento das competências transferidas pelo governo.-----

Com a inclusão de novas responsabilidades nas áreas da educação, saúde e ação social, recebemos um impacto orçamental adicional de cerca de quatro milhões e quatrocentos mil euros. Este aumento é particularmente direcionado para o

*pagamento de salários e para a valorização dos profissionais que desempenham funções cruciais para a nossa comunidade. Ao assumir estas competências, reafirmamos o nosso compromisso em melhorar os serviços públicos e garantir o bem-estar da população.*-----

*O reforço das despesas correntes.*-----

*Estamos a alocar mais recursos para áreas prioritárias como a educação, a saúde, a ação social, a cultura e o turismo. Obras nas escolas, a reabilitação do Museu de Lamego, a construção do novo Centro de Saúde e o apoio ao desenvolvimento económico são exemplos concretos do nosso investimento em setores essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento sustentável do município.*-----

*Um plano de investimentos estratégico e plurianual.*-----

*A proposta de orçamento inclui projetos estruturantes, financiados pelo PRR e pelo pacote financeiro do Portugal 2030, tais como:*-----

*A construção do novo Centro de Saúde, a requalificação de escolas, a construção de 106 fogos de habitação social, a criação de um novo polo da ESTGL, a reabilitação da Esquadra da PSP e do Museu de Lamego, a requalificação urbana da cidade e das vilas, incluindo repavimentações de estradas e construção de equipamentos nas freguesias.*-----

*Estes projetos, para os quais já temos garantido financiamento comunitário, representam um planeamento sólido e visionário, reduzindo riscos financeiros e maximizando o impacto para a nossa comunidade.*-----

*O foco na descentralização e proximidade.*-----

*Este orçamento reflete o reforço das parcerias com entidades públicas e privadas, bem como o apoio às juntas de freguesia, clubes e associações locais. Acreditamos que, ao descentralizar competências e apoiar diretamente as necessidades locais, estamos a construir um município mais coeso e inclusivo.*-----

*Otimismo em contexto adverso.*-----

*Apesar das dificuldades impostas pelo atual cenário político e económico, este executivo mantém um espírito de resiliência e otimismo. O compromisso é utilizar de forma estratégica os fundos comunitários disponíveis, transformando desafios em oportunidades para alavancar o desenvolvimento do concelho.*-----

*Se o sentido de voto dos membros municipais do partido Socialista for o mesmo non sentido da votação dos Vereadores do partido Socialista, em sede de executivo, (o que espero que não aconteça), o voto contra significa que:*-----

*A oposição, ao votar contra, ignora os benefícios evidentes para os cidadãos, como o aumento de recursos para escolas, a construção de habitação social e a criação de novos equipamentos públicos.*-----

*Com financiamento assegurado pelo PRR e Portugal 2030, pretende-se maximizar recursos externos. A rejeição da proposta orçamental significa abrir mão de*

*oportunidades já garantidas para o município, o que comprometeria projetos de impacto direto e duradouro para a comunidade.-----*

*O orçamento incorpora as responsabilidades transferidas pelo governo, um fator alheio ao controlo do executivo municipal, mas que exige um aumento proporcional de recursos. Votar contra esta proposta sugere desconsideração pela necessidade de atender a estas competências essenciais, especialmente no setor de educação e saúde.-----*

*A oposição ao orçamento ignora o esforço de planeamento para 2025 e 2026, que inclui importantes obras estruturantes como:-----*

*Novo centro de saúde, a requalificação de escolas., habitação social e a Requalificação urbana.-----*

*Bloquear este orçamento é comprometer a visão de futuro do município, do bem-estar coletivo em detrimento de tacticismos políticos incompreensíveis.-----*

*A proposta orçamental fortalece a descentralização, com apoio a juntas de freguesia, clubes e coletividades. Um voto contra este orçamento, sugere uma postura contrária à aproximação da gestão pública às realidades locais, prejudicando a coesão territorial.-----*

*Apesar do clima económico e político desfavorável, o executivo municipal apresenta um orçamento otimista e realista, com recursos assegurados e um foco no bem-estar da população. O voto contra não apresenta alternativas viáveis e limita o aproveitamento de oportunidades únicas em termos de fundos comunitários.-----*

*A rejeição deste orçamento pela oposição demonstra uma falta de alinhamento com as necessidades e prioridades da população. A proposta apresentada está ancorada em projetos essenciais e financiamentos garantidos, reforçando o compromisso do executivo em enfrentar desafios e construir um futuro melhor para todos os lamecenses.-----*

*Este orçamento é mais do que números. Ele é o reflexo de um planeamento estratégico, alinhado com as políticas públicas nacionais e europeias, e focado nas reais necessidades dos nossos cidadãos. Saúde, educação, habitação, cultura, infraestruturas e descentralização são as nossas prioridades, e temos a convicção de que este orçamento beneficiará diretamente todos os lamecenses.-----*

*Neste sentido, peço, assim, o apoio de todos para aprovarmos esta proposta, para que possamos continuar a trabalhar em prol de um Lamego mais inclusivo, mais sustentável e mais próspero.-----*

*Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para fazer a seguinte intervenção:-----*

*“Dizer que as iniciativas e programas elencados, na nossa opinião não passam em termos gerais de declarações genéricas de intenções, formuladas sem a convicção, de serem mesmo para serem levadas a cabo no exercício de 2025. Deixando antever que será mesmo o próprio executivo camarário, porventura, que acreditará pouco na sua*

capacidade para as levar à prática de as concretizar. Quiçá, desmoralizado pela brutal inexecução do Plano e Orçamento do ano ainda em curso. -----

Por exemplo, no capítulo da Habitação, dotado com 8 Milhões de euros do PRR, não se é capaz de elencar o número de fogos a construir e ou a recuperar, nem sequer se diz onde. Questão que deveria, ou poderia ter sido transposto dos vários planos, e bem, que o senhor Presidente da Câmara apresentou nesta Assembleia. Mas do conjunto desses fogos quantos serão os que a Câmara se propõe adquirir em zonas históricas da cidade, tão carentes de povoamento, para serem reabilitados e postos ao serviço de quantos deles tanto necessitam, a preços acessíveis e controlados, não deixamos de perguntar. -----

Da mesma forma que perguntamos se este projectil que nos chega da bazuca do PRR, não coloca a necessidade de olhar de outra forma para esta questão nas Freguesias fora da sede do Concelho, onde também existe necessidade de habitação social, não obstante da honrosa excepção à freguesia de Cambres mencionado nos projectos apresentados pelo senhor Presidente da Câmara. Também aqui, no conjunto total de Freguesias do Concelho, existem, seguramente, possibilidades de reabilitação de fogos que se encontram devolutos, e que em muito promoveriam a coesão territorial, mas que aparentemente faz com a cidade de Lamego e nomeadamente o seu executivo faça ao seu interior o que se queixa que o país faz ao interior na sua generalidade.-----

São estas questões que gostaríamos de ver tratadas no Plano de Actividades para 2025, mas que não conseguimos encontrar resposta.-----

Num tempo em que a possibilidade de recurso a verbas de programas comunitários de apoio ao desenvolvimento regional e local poderia potenciar a realização de obras e investimentos estruturantes para o todo do município, designadamente para a fixação de actividades económicas e indústrias limpas, gerando empregos em número capaz de estancar a sangria dos nossos jovens para a emigração e, até de atrair, gentes de outras zonas do país, não vemos neste Plano e Orçamento nada que aponte a tais objectivos. O que vemos é, tão só, o "mais do mesmo" e este executivo mantém a tradição da gestão autárquica PSD/CDS e PS que é não ter asa, nem ser capaz de sonhar. -----

Em conformidade e por estas razões, o nosso voto não pode ser outro senão CONTRA, não deixando ainda de lamentar o facto que tenha sido cumprido o estatuto do direito de oposição, facto que lamentamos.-----

Interveio o membro **Marta Santos** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimentos todos os presentes nesta sala e as pessoas que seguem esta sessão através das redes sociais.-----

Antes de iniciar a minha intervenção, pedia, apenas uns segundos, para deixar uma nota, que é com grande satisfação que vejo uma amiga, uma jovem lamecense, como

*Secretária-geral de uma juventude partidária. Parabéns Sofia pela eleição de Secretária-geral pela Juventude Socialista.-----*

*Após analisar o orçamento municipal para o ano de 2025, hoje dirigi-me a esta Assembleia Municipal para levantar uma questão, que considero de extrema importância. Aonde se encontram as políticas para a juventude neste orçamento? É com grande preocupação que verificamos mais uma vez a omissão das políticas da juventude no plano orçamental para 2025. O que deveria ser uma prioridade, o investimento potencial dos jovens, parece ter sido relegado para segundo plano.-----*

*Podemos verificar no parágrafo “Juventude e Desporto, Atividades Cívicas e Religiosas”, um texto que relata a importância da juventude, mas que no fundo, não passa de um texto que nada diz. Não apresenta uma proposta concreta. De que vale a pena realçar a importância da juventude nos vários campos, se não são apresentadas medidas concretas para os jovens.-----*

*Sendo assim deixe-me fazer este apresentar algumas medidas que deveriam estar presentes neste orçamento municipal. No que toca ao lazer e à cultura podemos pensar em Centros Recreativos, Bibliotecas Jovens, Cinema ao ar livre e Festivais Culturais.-----*

*Em termos de emprego e mercado de trabalho, a realização de feiras de emprego, empreendedorismo jovem.-----*

*E ao falar de empreendedorismo o apoio ao mesmo, que são incentivos fiscais, apoio aos jovens empreendedores, como por exemplo na criação de startups e pequenas empresas inovadoras. A razão de saúde e bem-estar, programas de saúde mental, com a implementação de campanhas de apoio psicológico para jovens, com vista a melhorar a sua saúde e combater questões como a ansiedade e a depressão, participação ativa dos jovens da vida do Município. Com Conselhos Municipais de Juventude. Criar fóruns onde os jovens possam apresentar as suas ideias e discutir problemas locais. Criação de espaços de estudo adequados, estudo prolongados ou estudo 24 horas. Para que, tantos os estudantes da ESTGL como os jovens desta cidade, que são estudantes deslocados, possam estudar aqui para as suas épocas de exames, com espaço para capacidade de os acolher. Estas são apenas algumas ideias que podiam ser desenvolvidas com o orçamento municipal voltado para a juventude. A extinção das políticas de juventude no orçamento de 2025, não pode ser uma opção. Não podemos permitir que os jovens sejam esquecidos. É necessário um compromisso firme com o nosso futuro. Pois ao investir na juventude, estamos a investir no futuro de todos nós e no futuro deste Município.”-----*

*Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder: -----*

*“Para demonstrar a importância que dou aos assuntos relativos e relacionados com a juventude, e com o que os jovens que representam para o futuro do nosso Concelho, e, obviamente, o nosso país, vou responder primeiro à questão colocada pelo membro Marta Santos. -----*

Quero-lhe dizer que as políticas de juventude estão, devidamente traduzidas no nosso plano de atividades, estão suportadas em despesas orçamentais, muito concretas. E que aquilo que referiu, as principais medidas que se podem consubstanciar políticas de juventude na área dos centros criativos, de festivais ou de cinema ao ar livre, outras iniciativas similares, já estão incluídas, já existem. Lembro-me, por exemplo, do Zigur Feste, lembro-me de um conjunto de eventos que foram realizados na Alameda neste ano que está a terminar, e todo um conjunto de atividades dirigidas à juventude. Também as feiras de emprego têm sido desenvolvidas ou por nós ou promovidas por parceiros nossos, o último foi o CLDS 4G que fez nos multíusos a última feira de emprego. -----

Falar de incentivos fiscais, propunha que o membro Marta Santos, lesse as atas e visse o que é que o partido Socialista faz à aplicação dos regulamentos e incentivos fiscais, às empresas que investem no nosso território e merecem sempre o voto contra do partido Socialista.-----

Parece que é mais importante impedir o executivo municipal de beneficiar as empresas, do que apoiar as empresas. É mais importante garantir receita para o Município do que aprovar isenções fiscais, essa é a visão do partido Socialista.-----

Em relação às startups e à criação de empresas inovadoras, desde há muitos anos que nós temos uma incubadora de empresas que é gerida pela ESTGL, de acordo com um protocolo estabelecido entre o Município de Lamego e a ESTGL. Como todos sabem funciona junto da Central de Camionagem, tem algumas empresas inovadoras ali instaladas e a funcionar, poderia naturalmente ter outras. -----

Em relação ao Conselho Municipal da Juventude, ele está em processo de constituição, irá funcionar. E em relação a outros elementos, nomeadamente a criação de salas de estudo, nós disponibilizamos sempre as instalações às associações e coletividades e também às escolas que nos pedem. A ESTGL tem, entre outras, as instalações do antigo patronato, que estão cedidas em regime de comodato, está lá instalada a Associação de Estudantes, podem ser ali instaladas outras condições, nomeadamente as salas de estudo 24 horas em perfeitas condições, beneficiando dessas instalações já feitas pela Câmara Municipal. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann, eu queria dizer que há aqui uma falta de atenção, que é invulgar por parte do membro Alexandre Hoffmann, porque, relativamente aos fogos que vão ser construídos de habitação social, habitação a custos controlados, eles estão, perfeitamente definidos em Nazes, em Cambres, uma habitação em Nazes que já está concluída, duas em São Gens, duas em Santo António, cinco no antigo quartel dos Bombeiros e cinco na Ponte de Fafel. Perfaz cerca de cento e dezoito habitações que vão ser construídas na cidade em construção nova e em reabilitação de edificado existente, e que vão ser construídas nas freguesias, concretamente na freguesia de Cambres para responder à

*procura da zona ribeirinha do Concelho, nomeadamente nas freguesias de Sande, Cambres, Samodães e Penajóia.-----*

*Como eu já referi aqui nesta Assembleia Municipal, gostaríamos também de ter proposto um bloco de habitação a custos controlados em Britiande, mas o facto de haver limitações no antigo campo de futebol do Calvário, que era o local que tínhamos disponível para esse efeito, a nível de instrumentos de ordenamento, não foi possível fazê-lo.-----*

*Relativamente a outros aspetos, nomeadamente de apoio às atividades económicas, eu penso que, apesar de não ter referido, se referia à zona industrial. A zona industrial não está ainda prevista no nosso plano de atividades e orçamento, porque depende, essencialmente, de um aspecto de ordenamento que decorre da alteração do PDM e do levantamento de algumas restrições que estão presentes na única área disponível que temos para esse efeito, na zona da Povoia, em Juvandes. -----*

*Relativamente às questões colocadas pelo membro Romeu Sequeira e começando pelo fim, “despesas desproporcionais nos recursos humanos”, não merece qualquer comentário, de tal forma é absurda esta afirmação. Os recursos humanos são necessários e isto está comprovado, os recursos humanos têm que ser remunerados de acordo com a Lei, isso é um imperativo. -----*

*Dependência excessiva de Fundos Comunitários” os Fundos Comunitários não têm dependência, os Fundos Comunitários aproveitam-se quando eles estão disponíveis. Isso faz, de facto uma diferença entre nós e o partido Socialista. Se há Fundos Comunitários, nós apresentamos candidaturas para todas as linhas de Fundos Comunitários, em que Lamego e os lamecenses tenham necessidades. Este é um princípio. É o único dinheiro que nós podemos aceder, que não tem taxa de juro, nos tem speeds, não tem euribor’s, não tem nada. É fundo perdido, está disponibilizado pela União Europeia para fins muito concretos, de desenvolvimento dos nossos territórios, criação de condições para a vida digna das nossas populações e para o desenvolvimento da nossa economia e nós aproveitamos estes fundos comunitários, e não temos qualquer complexo em relação a isso. -----*

*Estatuto de Direito de Oposição, ouço sempre a oposição, os partidos que estão representados nesta Assembleia e também os que não estão. Mas é certa altura, não se justifica ouvir que já está aqui representado e, obrigatoriamente por Lei temos que ouvir, porque vai ser ouvido na altura própria. -----*

*Em relação aos partidos que não estão representados e que a Lei não obriga a ouvir, só o fazemos se assim o entendermos. -----*

*Sobre taxa de execução, sobre a taxa de execução foi uma situação referida pelos membros Alexandre Hoffmann e Romeu Sequeira, eu quero dizer o seguinte: a taxa de execução é, de facto, baixa, mas poderia ser ainda muito mais baixa se nós não avançássemos com a realização de projetos, lançamento de concursos, antes de ter garantias de financiamento. Aconteceu assim com o centro de saúde, só assinamos o*

*contrato de financiamento depois de termos lançado o concurso, aconteceu assim com a habitação social, só assinamos o contrato de financiamento depois de lançarmos o concurso, no caso de Cambres até depois da adjudicação a que a candidatura foi aprovada. Vai acontecer assim com as escolas, já abrimos um concurso prévio, as três ficaram desertos, já abrimos um segundo concurso de empreitada e só na próxima segunda-feira, está a decorrer o prazo de entrega das propostas para este segundo concurso de empreitada na próxima segunda-feira irei assinar na CCDR, às 9h30 o contrato de financiamento da EB/2.3.-----*

*Fizemos o trabalho que nos competia, atempadamente, o Estado e as entidades gestoras de fundos comunitários não o fizeram, estamos muito atrasados em termos de aprovação de candidaturas, ainda bem que há medidas de simplificação relativamente ao visto do Tribunal de Contas. Se não todas estas adjudicações não seriam devolvidas, por não estarem sujeitas a visto, iam ser chumbadas em termos de recusa de visto, por não haver ainda contrato de financiamento, formalmente assinado, entre a entidade gestora de fundos comunitários e o Município de Lamego e o mesmo de Norte a Sul do país.-----*

*Sobre a situação económica ou social e o Radar Social, o Radar Social já fez o diagnóstico e já foi aprovado em CLAS, é um dos múltiplos projetos que a equipa de ação social está a desenvolver, é muito estranha a insistência do membro Romeu Sequeira, repetidas vezes nesta Assembleia sobre um assunto que está a correr com normalidade. -----*

*Relativamente aos projetos desenvolvidos pelo partido Socialista, a estratégia local de habitação, sim desenvolveram uma estratégia local de habitação, tivemos que alterar. Mas responder a uma questão que é óbvia, que é tão óbvia, que não havendo nenhuma coincidência de pontos de vista de execução política entre mim e o membro Alexandre Hoffmann, eu concordo e ele também a referiu, que é quantos fogos de habitação previa a estratégia local de habitação elaborada pelo partido Socialista que fossem instalados em construções pré-existentes. Ou seja, que fosse reabilitação. A resposta é zero, zero, nenhuma, nenhuma. E nós alteramos a estratégia local de habitação, precisamente para poder incorporar a requalificação de edifícios que temos muito edificado, edificado público que está em degradação e que podia ser convertido em habitação e estamos a fazê-lo. -----*

*Instalação do Centro Covid 19, é ridículo referir isto, foram instalados centros de vacinação Covid em quase todos os municípios, aqui em Lamego, por sorte foi instalado no Multiusos, um equipamento grande dimensão que permitiu o seu funcionamento durante o período do Covid e que funcionou muito bem, até para isso.*

*Lamego Educa, uma imposição, uma imposição dos fundos comunitários contratualizados entre a CCDR e a Comunidade intermunicipal do Douro no mandato em que fui Presidente de Câmara. -----*

*Foi definido, foi executado em todos os municípios, até é um bocadinho regível, o membro Romeu Sequeira vir aqui dizer que o anterior executivo desenvolveu um projeto de promoção do sucesso escolar, quando essa projeto era obrigatório em todos os municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro, e quase de todas as outras comunidades que tinham problemas similares.-----*

*Centro de Coordenação Municipal, Centro da Coordenação da Proteção Civil, fica instalado num espaço que estava destinado e era e funcionava como galeria de arte para exposições temporárias. Foi um serviço excelente que o partido Socialista fez à cultura e aos artistas lamecenses, ao eliminar de equipamento cultural para instalar um serviço banal, que podia estar em qualquer outro edifício enquanto serviço municipal. -----*

*Sobre as festas e as sete maravilhas não entro em foguetórios, fiquem com o mérito, têm-no tudo. -----*

*Relativamente e aqui término a falta de estratégia e a falta de prioridades, não falta não, falta estratégia política ao partido Socialista, mas também é compreensível que acuse este orçamento eleitoralista, diga que há aqui um peso eleitoral. Se apresentamos projetos, propostas, ações, medidas, obras que respondem aos problemas da população e que a população vai ficar, naturalmente satisfeita por ver esses problemas resolvidos, só estamos a cumprir a nossa obrigação, não estamos a responder a nenhuma necessidade eleitoral. -----*

*Mas deixem-me dizer, que se não há estratégia, é do partido Socialista, porque ao votar contra este instrumento, que já foi aprovado na reunião de Câmara e é essa aprovação que se refere a revista municipal, é essa aprovação que se refere a revista municipal, devo dizer que as prioridades do partido Socialista estão erradas. Porque se a habitação não é uma prioridade para o partido Socialista, se a educação não é uma prioridade para o partido Socialista. Temos investimentos na EB/2.3, na escola da Sé, no polo 2 da ESTGL, se a saúde não é uma prioridade para o partido Socialista, não apenas com a construção do Centro de Saúde, mas também com a melhoria das condições de funcionamento do atual centro de saúde, com as viaturas elétricas, já estão ao serviço, com a instalação de painéis celulares de eficiência energética, com a reinstalação da unidade de saúde pública para a criação do serviço de ortodontia, tudo isso o que é que é? Se a cultura não é uma prioridade, com investimentos no Museu de Lamego, com investimentos no programa cultural suportado no Teatro Ribeiro da Conceição, se a segurança dos lamecenses não é uma prioridade, com a requalificação das instalações da PSP entre outros investimentos. -----*

*Se a requalificação urbana não é uma prioridade, e a requalificação urbana tem várias componentes, está adjudicada já a requalificação da Calçada da Guerra até ao cruzamento da Serra, a melhoria de um investimento, de um equipamento, de uma via de comunicação que é uma das principais entradas da cidade a par do Jardim da República, da Praça do Comércio, da Rua de Fafel e da zona envolvente, da Cardoso*

Avelino e Macário de Castro, toda a zona atrás da Sé, o projeto está já elaborado, e aguarda fundos comunitários. Se não é prioridade o investimento nas freguesias. Está já adjudicada a requalificação da Rua Central de Britiande, um investimento superior a oitocentos mil euros. Está já em processo de concurso a qualificação da Rua Central do Portelo de Cambres e da Variante. Já foi aberto o concurso, felizmente ficou deserto, para a transformação da antiga escola de Sande em Albergue dos Caminhos de Santiago. Vai ser aberto, já foi aprovada a abertura em reunião de Câmara também do Centro Cívico de Cambres, está em processo de revisão o projeto, que entretanto saiu uma medida de simplificação, que a lei a dispensa do projeto de Valdigem, da conclusão das obras do esqueleto, vamos lhe chamar assim e da zona envolvente. Está a decorrer o projeto para a criação do Centro Cultural de Terras Dom Pedro em Lalim, nas antigas escolas, entre muitos outros investimentos que estão previstos nas freguesias. -----

Se isto não são prioridades para o partido Socialista, o partido Socialista é que tem as prioridades erradas e nós vamos insistir nestas prioridades que são as prioridades que os lamecenses querem ver executadas nom plano plurianual de investimentos de 2025 e anos seguintes”.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:-----

“Eu estive a ouvir com muita atenção o senhor Presidente da Câmara e para terminar este ponto da ordem de trabalhos, dizer apenas o seguinte: senhor Presidente da Câmara voltou outra vez com a velha retórica que a gente já conhece há mais de três anos, vamos fazer, adjudicamos, estamos a pensar. Senhor Presidente permita-me dizer-lhe com tudo o respeito e consideração, o senhor Presidente da Câmara transformou-se nos últimos tempos, o senhor Eng.º do Paver Pointe, porque aquilo que foi feito nestes últimos três anos, foi uma mão cheia de coisa nenhuma. Vamos fazer, vamos andar, vamos avançar. Aliás foi até publicitado que iria arrancar a construção do centro de saúde no primeiro trimestre de 2025. Deixo-lhe, desde já o desafio, se até ao fim de abril, estou-lhe a dar mais um mês, se até ao fim de abril a obra arrancar efetivamente, do meu próprio bolso garanto que lhe pago um almoço. Porque não vai acontecer. E dizer apenas o seguinte: a quantidade de obras tem ficado vazias, para quem está a ouvir, lá em casa, quando os concursos ficam vazios, significa apenas uma coisa, incapacidade, incompetência. Porque se aquilo fica vazio, significa que existe um desfasamento entre aquilo que é o projeto, entre aquilo que se está a pensar e a determinar, e aquilo que é a realidade do mercado.-----

Se eu lanço um concurso e digo no papel que se vai gastar cem mil euros o mercado cá fora, quem executa as obras, diz que cem mil não chegam, são precisos duzentos mil, significa que, quem está a fazer o projeto não foi competente. E quem gere um processo também não o é”.-----

“Tomou a palavra o membro **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para proferir a seguinte intervenção:-----

*“Já ouvi aqui tanta coisa, que eu acho ridículo isto. Eles até se contradizem uns aos outros.-----*

*Começando pelo membro Romeu Sequeira: O senhor Presidente da Câmara explicou aqui o orçamento a dizer que era um bocadinho empolado e justificou o porquê, com os assuntos comunitários, quatro milhões e quatrocentos mil euros, o aumento com o pessoal, devido às transferências do Governo, despesas que não têm fundos comunitários com as estradas, deficit provocado pela inflação, também faz falta, não se esqueçam da inflação, e também as despesas com a segurança, saúde em educação e mais coisas. Explicou e acho que explicou muito bem. -----*

*O membro Romeu Sequeira e falar em trapalhadas no Radar Social, perguntou ao membro Romeu Sequeira se tem feito parte das reuniões, falam no Radar Social, aqui não, não tem feito. -----*

*Eu faço parte do CLAS e os senhores Presidentes de Junta também têm feito. E sabe que o Radar Social está em andamento. Depois fala aqui em planos e orçamentos, pois o membro Romeu Sequeira já foi Presidente de Junta e sabe que um plano e orçamento é um documento previsível, não é definitivo. E a taxa de execução desse orçamento, muitas das vezes não depende de nós, não depende de nós. Fica espantado como o grupo municipal do partido Socialista já está a dizer que a taxa de execução da taxa do orçamento vai ser uma miséria, será que adivinham. Ao membro Romeu Sequeira, como professor fica-lhe muito mal ser ler aqui a Câmara Municipal de Lamego aprovou por maioria o orçamento, a Câmara, não é a Assembleia, é a Câmara. -----*

*Prioridades referidas pelo membro Romeu Sequeira, quais são as prioridades, quais são as prioridades do partido Socialista, “zero”, não apresentaram nenhuma e quero felicitar o membro Marta Santos, porque apresentou ideias para a juventude, a Marta Santos apresentou e por isso quero felicitá-la por ter feito. O membro Romeu Sequeira não apresentou nenhuma. Estratégia de médio e longo prazo, aonde é que elas estão, apresentou aqui alguma “zero”. -----*

*Aumento dos recursos humanos, então já se sabe que vai haver um aumento de recursos humanos, então se a Câmara está a precisar de recursos humanos, se vieram competências para a Câmara, tem que precisar de mais recursos humanos. Já se sabe que a despesa vai aumentar. Isso é entendível. Especulações sobre o Jardim então está a dizer sobre as obras de um jardim que ninguém conhece, deixe vir a obra, deixe vir o projeto, depois falamos e discutimos. Não se pode falar daquilo que não se vê e que não se conhece. Vir para aqui discutir este orçamento e levantar especulações sobre um projeto que não é visível e ninguém conhece, isto é a realidade, não vale a pena estarem a rirem-se. Esta é a realidade, mais nada. -----*

*Fica espantado com este tipo de reacções, sabe que o partido Socialista está preocupado com este tipo de eleições, que já estão próximas, mas em política não vale tudo”. -----*

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte:-----

*“Apenas para responder à ligeireza com que o deputado Pedro Torres aqui classificou de incompetente os serviços do Município e os projectistas que desenvolvem projetos, também a coordenação política que fazemos sobre os mesmos. Nós vivemos um momento muito específico e que se calhar que nunca se verificou antes, na história da atividade económica da construção civil no nosso país. Temos pouco recursos humanos, temos muitas obras para executar. -----*

*Comparando o ritmo de execução do Portugal 2020 e o momento que vivemos hoje, com a sobreposição do PRR e do 2030 seria necessário quadruplicar a capacidade de execução e o país não a tem. Isto leva a que os concursos fiquem desertos com muita frequência. -----*

*Quando ficou deserto o concurso da EB/2.3, eu questionei porque é que outros municípios na envolvente, conseguiram adjudicar as suas obras. E um empreiteiro de Viseu disse-me para concorrer a uma obra em Lamego tinha que levar mais 15% a 20% do que a mesma obra custaria em Viseu. E é disto que nós estamos a falar. É da indisponibilidade de recursos locais para responder aos concursos que temos levado a efeito, e da dificuldade de arranjar empreiteiros que respondam aos nossos concursos, sem ser, de facto, com preços elevados. -----*

*Ou seja, perante esta situação de mercado só há duas hipóteses: ou fazemos menos obra ou aumentamos o preço base. Fazer menos obra pode não ser viável.-----*

*Dou o exemplo já estivemos a falar da escola EB/2.3, nesta escola o que é que nós poderíamos fazer? Por exemplo prescindir de ter um pavilhão novo e manter o pavilhão desportivo que existe e que todos sabemos que não tem muitas condições mínimas, nem de dimensão nem de condições de funcionamento. Ou seja, nós não podemos cortar essas componentes da obra. Podia-se cortar noutros componentes, eventualmente até seria supérfluas, por exemplo, na eficiência energética, mas não podemos cortar na eficiência energética, porque é uma das imposições do PRR e do Portugal 2030. Portanto não podendo cortar na obra, só podemos aumentar o preço. Aumentar o preço traz, obviamente, um sob custo, que terá que suportado pelo orçamento municipal. Se alguém quiser desistir das obras, se o partido Socialista quiser prescindir das obras, apenas porque os orçamentos, apenas porque o justo dos orçamentos reage, porque vão ser apresentados a concursos pelos empreiteiros, são superiores à expectativa que nos tínhamos e áquilo, projectista tinha calculado, que não diga que é incompetência, que diga pura e simplesmente, não quer que a obra se faça e isso será mais compreensível.-----*

*Quanto ao fazer ou não fazer, acho que não tenho dada a demonstrar, os lamecenses conhecem-me, viram bem as obra que foram feitas nos mandatos e vão ser quatro mandatos no final do próximo ano, dos mandatos que levei a cabo.-----*

*Os senhores Presidentes de Junta acompanham quotidianamente no terreno, e está uma tabelinha para vossa consulta na revista municipal, foi distribuída e que está a chegar caixas do correio.*-----

*A nível de protocolos de colaboração, recordo que no mandato anterior foi feito um protocolo de quinze mil euros para cada uma das Juntas de Freguesia. Neste momento nós temos protocolos celebrados ou em vias de celebração em todas as Juntas de Freguesia de celebrar o segundo, que totalizam uma média de setenta e sete mil, trezentos e oitenta euros por freguesia, claro que há aqui algumas freguesias cujos processos custam menos e noutras freguesias custam mais, estou a falar da média, que é cinco vezes mais, do que aquilo que foi disponibilizado pelo anterior executivo aos Presidentes de Junta durante um mandato inteiro.*-----

*Temos por isso trabalho que se pode ver, não vou repetir aqui a lista exaustiva de pavimentações que já foram feitas por todo o Concelho e a terceira fase que está agora a ser preparada, e que será lançada a concurso nos primeiros dias de janeiro.*

*E quanto a execução de fundos comunitários mais andar à frente da aprovação dos próprios fundos é aquilo que estamos a fazer e mais não podemos fazer, não nos é exigido, e porventura, nem seria legal.*-----

*Portanto, estamos a fazer o que nos compete para que as obras que temos planificado e que entendemos que correspondem às expectativas e necessidade dos lamecenses sejam executadas no período mais curto que for viável.*-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e seis membros presentes na sala.

-----

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com vinte e sete votos a favor, do grupo municipal da coligação "Somos Lamego" Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregário, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.

-----

E dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.

-----

E nove votos contra dos membros do grupo municipal do Partido Socialista, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho

Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca  
Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo.-----

Do membro Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela da do grupo municipal da  
CDU.-----

Ausentes neste ponto os membros Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, do grupo  
municipal do Partido Socialista e do Independente Viriato Pina de Lemos -----

Ausente: Sérgio Pedro da Rua Capela da coligação “Somos Lamego”.-----

### **3.8 -ASSUNTO: PROPOSTA PARA REVISÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO DE LAMEGO-----**

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, com o seguinte  
teor:-----

*“O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que  
consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector  
da Administração Autárquica, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de  
fevereiro e posteriormente alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo  
Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de  
Abril, visou objetivamente a criação de condições para a integração consistente da  
contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade pública  
moderna, como instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais. ----*

*Uma das suas inovações foi a introdução da figura do sistema de controlo interno, o  
qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e  
procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos,  
definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o  
desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a  
salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e  
erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, assim como a preparação  
oportuna de informação financeira fiável.-----*

*Mais recentemente, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo  
Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, prevê a implementação de  
mecanismos de avaliação do programa de cumprimento normativo, que incluem o  
sistema de controlo interno (SCI).-----*

*O plano de organização (constituição do Executivo e distribuição de pelouros,  
Regimento do órgão executivo, delegações e subdelegações de competências,  
estrutura orgânica, macro e micro, atribuições das várias unidades orgânicas e  
competências dos seus dirigentes), os regulamentos internos e externos, os planos de  
contas e o manual de consolidação de contas, a auditoria interna e a norma de  
controlo interno constituem os elementos base que dão forma àquele sistema e que,  
de um modo integrado e harmonizado conduzirão a organização numa  
economicidade, desse modo melhor utilizando os recursos humanos, materiais e*

*financeiros de que dispõe e maximizando a missão de serviço público em prol dos seus cidadãos.*-----

*Apesar do POCAL ter sido revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), mantém-se, porém, em vigor, os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.*-----

*A última norma de controlo interno (NCI) do Município de Lamego, aprovada em dezembro de 2020, já não se mostra adequada à nova realidade, quer pelo tempo entretanto decorrido, quer pelas significativas alterações, quer pelas mudanças na estrutura orgânica, quer pelo acervo, cada vez maior, de atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos, impondo-se, pois, uma profunda alteração que a adeque ao atual contexto organizativo da autarquia e às circunstâncias que hoje estão subjacentes à gestão autárquica.*-----

*Assim, proponho:*-----

- *Aprovar a Norma de Controlo Interno, e submeter a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea i) do n.º 1, do artigo 33º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*-----
- *Posteriormente proceder à sua publicação em Diário da República e no site institucional do Município;*-----
- *Remeter cópia da NCI à Inspeção Geral de Finanças no prazo de 30 dias após a sua aprovação, em cumprimento do ponto 2.9.9 do POCAL;*-----
- *Divulgar junto de todos os colaboradores do Município de Lamego.”*-----

*Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte intervenção:*-----

*“Trata-se de alterações pontuais e cirúrgicas à norma de controlo interno que decorrem de alterações legislativas que foram sendo publicadas e que não estavam devidamente vertidas na nossa norma, o que foi merecendo alguns reparos e situações de desconformidade que tem de ser corrigidas. Nesse sentido e parecendo-me um assunto pacífico, peço a aprovação destas alterações”.*-----

**O Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e seis membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, com trinta e seis votos favoráveis: do Dos membro do Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues

Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas -----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier e da CDU Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes da votação neste ponto: os membros, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho do grupo municipal do Partido Socialista. e do Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Ausente Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”.-----

**3.9 ASSUNTO:** RESOLUÇÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA URGENTE DA EXPROPRIAÇÃO E INVESTIDURA DE POSSE ADMINISTRATIVA, DA PARCELA DE TERRENO N.º 7, A DESANEXAR AO PRÉDIO URBANO - ARTIGO N.º 1852 - DA FREGUESIA DE LAMEGO, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE LAMEGO SOB O N.º 2503/20090420, DA EXTINTA FREGUESIA DE ALMACAVE-----

*Presente à sessão da Assembleia Municipal reunião a proposta da Câmara com o seguinte teor:-----*

*“Por despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 2023/08/11, foi autorizada a avaliação da parcela de terreno necessária para a “Reabilitação da Av. das Acácias na zona de ligação à futura CEL” abrangendo o troço compreendido entre a nova rotunda e o cruzamento para a Serra das Meadas, com uma área de 334,00 m2 a desanexar ao prédio urbano da freguesia de Lamego, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1852, descrito na CRP sob o n.º 2503/20090420, da extinta freguesia de Almacave, em nome de José Manuel Cardoso Soares.-----*

*A avaliação foi realizada pelo perito avaliador Engenheiro Luís Martins, de acordo com o previsto no Plano de Urbanização de Lamego, atualmente em vigor, e que constitui um plano Municipal de Ordenamento de território de nível superior ao do PDM, foi aprovado através da Deliberação n.º 2920/2009 publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 204, de 21/10/2009, sendo a versão atualmente em vigor resulta da Declaração de Retificação n.º 3096/2009, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 250, de 29 de dezembro de 2009. À parcela foi atribuído o justo valor, correspondente ao seu valor real e corrente de 8 793,00€ (oito mil, setecentos e noventa e três euros).-----*

*Pelo nosso ofício n.º 2517, de 2024/11/6, foi remetida proposta da aquisição por via do direito privado, da parcela de terreno supra identificada, pelo valor de 8 793,00€, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Código de Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.-----*

*Em 14/11/2024, o proprietário deu-nos conhecimento, que atendendo às benfeitorias existentes, estaria na condição de alienar pelo valor de 20 000,00€ (vinte mil euros), ou seja 2,27 vezes superior ao valor atribuído pelo perito avaliador.-----*

*Em 24/09/2024 foi aprovado, na reunião da Câmara Municipal de Lamego, o projeto de execução e restantes peças concursais, sendo necessárias várias parcelas de terreno para a sua execução, na sua maioria já negociadas ou adquiridas, faltando somente a parcela n.º 7, que corresponde à área com 334,00 m2 a desanexar ao prédio urbano da freguesia de Lamego, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1852. A conclusão da totalidade do projeto aprovado, está condicionada à obtenção da propriedade ou legitimidade para intervenção nos bens necessários à concretização do projeto, estando por isso em causa a concretização de uma obra de interesse público, sendo, por isso, atribuído no ato declarativo de utilidade pública, o carácter de urgência, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 15, do CE..-----*

*Requerer a instrução do pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa com carácter de urgência para efeitos de expropriação, necessários à realização das infraestruturas referidas no Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março (salienta-se que apenas estão em causa os pedidos que abrangem a realização de infraestruturas da mesma natureza das referidas no artigo 1º do mencionado diploma que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento no âmbito do Portugal 2020 ou que integram candidaturas, cuja aprovação de co-financiamento no âmbito do Portugal 2020, esteja unicamente condicionada à obtenção da propriedade ou legitimidade para intervenção nos bens necessários à concretização das mesmas). Como neste caso, a candidatura submetida a 30 de setembro do corrente ano, no âmbito do Portugal 2030, que ainda não se encontra aprovada, este diploma encontra-se suspenso, pelo que não poderíamos, requer por esta via a Urgência.-----*

*Contudo, nos termos do artigo 103º da Lei n.º 2110, de 19 de agosto, “As expropriações de bens imóveis para a construção, alargamento ou melhoramentos de vias municipais consideram-se urgentes”, sendo a competência para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização de plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, é da respetiva assembleia municipal, cuja deliberação deverá ser tomada pela maioria dos membros.-----*

*e posteriormente comunicada ao membro do Governo pela área da administração local, conforme previsto no nº 2, artigo 14º do Código de Expropriações.-----*

| Reabilitação da Av. das Acácias na zona de ligação à futura Circular de Lamego e Concessão de plataforma para implantação do Parque de Saúde |           |                            |                                              |         |                           |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------------------------|----------------------------------------------|---------|---------------------------|--------------|
| Parcela                                                                                                                                      | Área      | Interessados               | N.º da descrição na CRP                      | Matriz  |                           | Indemnização |
| (n.º)                                                                                                                                        | (m²)      | Proprietários              |                                              | Rústica | Urbana                    | (€)          |
| 7                                                                                                                                            | 344,00 m2 | José Manuel Cardoso Soares | 2503/20090420, extinta freguesia de Almacave |         | 1852, freguesia de Lamego | 8 893,00 m2  |

*Proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea vv) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, requerer à Assembleia Municipal de Lamego a aprovação, nos termos n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código de Expropriações), da Declaração de Utilidade Pública de expropriação, com carácter de urgência, e posse administrativa, da parcela n.º 7 com uma área de 334,00 m2 a desanexar ao prédio urbano da freguesia de Lamego, inscrito na matriz sob o artigo nº 1852, descrito na CRP sob o n.º 2503/20090420, da extinta freguesia de Almacave, em nome José Manuel Cardoso Soares e de todos os direitos a eles inerentes por necessários à execução do projeto “Parque da Saúde de Lamego”.-----*

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e seis membros presentes na sala.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dar uma explicação sobre este assunto:-----

*“Trata-se da expropriação ou da declaração de utilidade pública com via à expropriação de uma pequena parcela de terreno, que fica entre a estrada da Calça Guerra e a estrada que passa junto à Florestal. Já nos entendemos e fizemos já a aquisição por via de direito privado com vários proprietários, mas não foi possível fazê-lo em relação a esta parcela. O processo de expropriação é urgente, uma vez que se trata de uma obra com fundos comunitários que já está adjudicada. Peço à Assembleia aprová-la”-----*

**Deliberação**:: Aprovada, por unanimidade, com trinta e seis votos favoráveis: do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas -----

Dos membros grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

Do membro do grupo municipal da CDU Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.-

Ausentes da votação neste ponto: os membros, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho do grupo municipal do Partido Socialista e do Independente Viriato Pina de Lemos-----

Ausente Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”-----

### **3.10. ASSUNTO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA V ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DA DESPESA E III ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL-----**

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que: a) Constam da informação da Gestão Financeira n.º 7026/24, os fundamentos para a alteração modificação ao orçamento & GOP’S 2024; b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa. Quadro Resumo das principais alterações:-----

|                                                                     | <b>DIMINUIÇÃO</b>    |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------|
| PARQUE DA SAÚDE DE LAMEGO                                           | 1 275 000,00         |
| ELH ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO                                   | 2 880 000,00         |
| PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIAS ESTRADAS E ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE LAMEGO | 1 000 000,00         |
| REABILITAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA SÉ                             | 850 000,00           |
| REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB2/3 DE LAMEGO                              | 840 000,00           |
| MUSEU DE LAMEGO                                                     | 635 500,00           |
| RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE LAMEGO                   | 600 000,00           |
| Outros PPI’S                                                        | 4 419 500,00         |
| <b>TOTAL</b>                                                        | <b>12 500 000,00</b> |

Nesta conformidade propõe-se:-----

- 1) Apreciação e votação pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da V alteração modificativa orçamental da Despesa e III alteração modificativa orçamental da Receita;
- 2) Apreciação e votação pela Assembleia Municipal das alterações modificativas, nos

termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:-----

*“Trata-se de fazer o ajustamento orçamental de algumas rubricas que não foram executadas, por insuficiência de meios ou por os procedimentos não terem sido subsequentes de algumas das obras mais relevantes. No fundo trata-se de tornar o orçamento mais realista, face áquilo que foi a execução efetuada em 2024”*:-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para responder ao senhor Presidente da Câmara.-----

*“ Nós já no fundo, parte disto que é aqui apresentado, acaba por já ter sido um pouco discutido, naquilo que foi as questões relacionadas com o próprio orçamento. O senhor Presidente da Câmara acabou por dizer, bom, houve aqui uns pequenos ajustes em relação à possibilidade de tornar-nos o orçamento um pouco mais realista. Eu só queria esclarecer, não só quem está aqui, mas principalmente aqueles que nos acompanham lá em casa. Este pequeno ajuste são doze milhões de euros, é um pequeno ajuste, é uma coisinha de nada, são doze milhões de euros de acerto no orçamento e portanto, isto é a prova provada, inclusive, dando resposta áquilo que foram as intervenções aqui tidas, que nós não estávamos a explicar muito bem, nem sequer conseguimos provar que os orçamentos, se estávamos aqui, numa qualquer postura, tentar adivinhar o que vai acontecer ao orçamento em relação ao orçamento de 2024, ficam, desde já com esta referencia, são menos doze milhões de euros. O acertozinho, aquele ponto de costura que se dá no final da linha são apenas doze milhões de euros.*-----

*Portanto, mas dentro do mesmo princípio que temos pautado nesta Assembleia, neste grupo municipal, mesmo discordando com a base do orçamento, nós não inviabilizamos, nem nunca nos podem culpar a nós de sermos a causa de inviabilização e de estarmos contra qualquer tipo de investimento, mesmo que as prioridades sejam distintas. E Portanto, dessa forma, logicamente iremos abster, naquilo que é o nosso posicionamento.* -----

*-Mas temos que deixar esta ressalva, o ajustezinho, são doze milhões de euros”*.-----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões** para dizer o seguinte ao membro Pedro Torres:-----

*“ O membro Pedro Torres mais uma vez veio justificar que os orçamentos, a sua concretização, não está dependente de nós. Em setenta e dois milhões de euros, valor de orçamento, se rectificarmos doze milhões de euros até nem é muito. É mesmo residual, já é uma taxa muito elevada, por isso as suas palavras não têm fundamento nenhum.”*-----

Tomou a palavra membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

*“ Só para já como ficar de declaração de voto, a CDU vai-se abster, lembrando que a abstenção, parte do voto contra, que tivemos contra do orçamento do presente ano e*

*portanto demitimo-nos destas alterações modificativas, portanto o voto será a abstenção*”-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e sete membros presentes na sala.-----

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, **com vinte e sete votos favoráveis** nos termos propostos, dos membros do grupo municipal da coligação “**Somos Lamego**”: Ricardo Jorge Morgado da Costa – Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes; António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregário, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier.-----

E dez abstenções dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausente neste assunto o membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

Ausente: Sérgio Pedro Rua Capela, da coligação “Somos Lamego”-----

### **3.11.ASSUNTO:** PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE LAMEGO E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) do Município de Lamego nos termos do disposto no Artigo 14º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro (Lei de Bases do Clima) e o Relatório de Ponderação da Consulta Pública.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para explicar este assunto:-----

*“Apresentamos o Plano de Ação Climática que um imperativo, obrigação legal do Municipal, trata-se de um documento extenso, como tiverem ter oportunidade de ver, foi já submetido a consulta pública. É um documento que faz um diagnóstico das principais questões ambientais, consumos de energia do Município. Apresenta*

*soluções em termos de estratégia, e apresenta um conjunto concreto de medidas de mitigação e de minimização das alterações climáticas do nosso Concelho. -----*

*É um instrumento de trabalho, eu diria que o começo de um caminho que temos que trilhar, transferindo para as nossas atividades quotidianas a preocupação de garantir que todas elas são sustentáveis do ponto de vista ambiental, e que respondem a este aspeto de progressivamente estarmos a viver num ambiente mais hostil do ponto de vista climático, com fenómenos que não eram habituais ou pelo menos não serem habituais no nosso tempo, tendo sido no passado, dado que também as alterações climáticas são fenómenos cíclicos. As medidas que são propostas são realistas, são concretas, devem ser executadas e do ponto de vista do instrumento que é apresentado, cumpre as disposições legais e deve ser aprovado por esta Assembleia Municipal”.-----*

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer o seguinte:-----

*“De forma muito rápida dizer que, de facto, acompanhamos este plano e portanto vamos votá-lo favoravelmente, e assim pedir que, logicamente, aquilo que são as medidas que são transpostas nesse mesmo plano, são boas medidas. Também sou obrigado a concordar, que são realistas, devem e deverão ser executadas e portanto tem a nossa total concordância.-----*

*Permita-me senhor Presidente da Assembleia, aproveitar para cumprimentar V. Exa, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, todos os membros da Assembleia ,todos aqueles que estão aqui a assistir e a colaborar na nossa autarquia, mas principalmente para os nossos lamecenses, para aqueles que nos estão a ver lá em casa, desejar um Santo e Feliz Natal e umas boas entradas para todos, são os votos do nosso grupo municipal, são os votos extensíveis a todos os lamecenses e também aqueles que estão fora da nossa zona, que nos vão acompanhando”. -----*

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que:-----

*“Naturalmente que retribuo para o membro Pedro Torres e para todo o seu grupo municipal e restantes grupos municipais.-----*

Interveio o senhor Presidente da Câmara para afirmar o seguinte:-----

*“Quero aproveitar para desejar a todos os membros municipais um Santo Natal para vós e vossas famílias, um ano novo pleno de venturas, venturas políticas só para o meu campo político, venturas políticas para a oposição, mas venturas de profissionais para todos vós”. Agradecer também à equipa de vereação, aos funcionários e colaboradores da autarquia o seu trabalho.-----*

*Lembro que hoje teremos um jantar de Natal do Município, para o qual também estão convidados os membros municipais, presidentes junta. É um momento de confraternização, que culmina um ano de trabalho intenso, de muitos problemas e preocupações que nos assolam no dia-a-dia, mas que, para o qual todos e cada um*

na sua função e à sua maneira procuram ajudar a resolver. E por isso, teremos todo o gosto em termos hoje também, um Jantar de Natal.-----

Por fim, Festas Felizes para todos”. -----

O Presidente da Assembleia informou que estão presentes trinta e sete membros na sala.-----

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, com trinta e seis votos favoráveis: dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, e dos membros Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, António Humberto do Carmo Ribeiro, Alita Maria de Jesus Carvalho, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira, Tânia Isabel dos Santos Esteves e Arcílio Jorge de Sousa Lamelas -----

Dos membros do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, Adelino Gomes Magalhães, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Bernardo Manuel Taveira Xavier e do membro e do membro do grupo municipal da CDU Alexandre Costa Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausente da votação neste ponto: o membro Independente, Viriato Pina de Lemos.

Ausente o membro Sérgio Pedro da Rua Capela, do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”-----

## **2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

### **3.12- ASSUNTO: MINUTA**-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

### **3.13- ASSUNTO: TERMO**-----

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada esta sessão, às catorze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico